

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 29 | Nº 10 | OUTUBRO 2009 | R\$ 15,00



Fórum Abag
COP-15

Safra 2009/10
O que esperar
do câmbio

Carros flex
Relação de preço
entre álcool
e gasolina

Caderno especial
MOMENTOS DIFÍCEIS
DA CAFEICULTURA



O agronegócio é o seguinte

A caminho da COP-15

COMO ERA de se esperar nos dias de hoje, uma parcela importante do agronegócio se mobiliza em torno da reunião da Conferência das Partes, da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, conhecida como COP-15, em Copenhague, na Dinamarca, em dezembro próximo. As iniciativas ocorrem em diversas áreas do setor privado. Essa constatação revela um lado positivo, de atitude pró-ativa e não apenas meramente passiva, como era comum em passado recente. Uma alteração significativa de comportamento.

A COP-15 pode até não trazer resultado retumbante e frustrar a expectativa das pessoas. Uma situação dessa estaria longe de ser uma surpresa se tomarmos por base, por exemplo, a situação dramática de estagnação em que se encontra a Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio, iniciada no início deste século. Mas, de qualquer forma, vale apostar que o apelo das mudanças climáticas e o aquecimento global sensibilizam cada vez com maior força a opinião pública. Daí, como alguma resposta precisa ser dada pelas lideranças mundiais, o evento não tende a passar em brancas nuvens.

As queimadas e os desmatamentos, em particular no bioma amazônico, mancham a imagem internacional do Brasil. O agronegócio nacional, por razões óbvias, não sai incólume desse processo. O posicionamento em torno da moratória da soja, que acaba de chegar também à pecuária, é uma das boas lições que se extraem das discussões. Faz parte da estratégia colocar uma questão delicada na mesa de trabalho para encontrar uma decisão mais consensual e democrática. Fugir do manequismo.

É com esse propósito que a Abag realizou seu 15º Fórum no *campus* da Esalq. Lá estiveram reunidas personalidades ligadas ao governo, sistema produtivo, às ONGs e à academia. Uma composição democrática para tratar de expectativas diferentes em torno dos desdobramentos da COP-15. Interessante é que todos enxergam oportunidades para o Brasil no campo da biomassa ante a nova economia mundial emergente de baixo carbono. Mecanismos de financiamentos de serviços ambientais junto com as inovações tecnológicas no processo de produção da agricultura são caminhos para o país melhorar o balanço dos gases de efeito estufa (GEEs).

No mês de seu aniversário, a Organização de Alimentação e Nutrição das Nações Unidas (FAO) traça as pro-

jeções para as necessidades de alimentos para o cenário de 2050. Os desafios a serem superados são enormes e os países, principalmente da África, são aqueles com maior risco do flagelo da fome e da desnutrição. A recente alta nos preços dos alimentos aumentou sobremaneira o contingente populacional de famintos no mundo. Esse resultado decepciona diante das projeções traçadas pela FAO para o começo deste século.

Na ótica do fracasso da Rodada de Doha e das metas não conquistadas pela FAO na questão da fome, a responsabilidade de sair uma proposta mais pragmática na COP-15 cresce. Os países estão numa cruzada para dar ao mundo maior abertura comercial, reduzir a fome e tratar da mudança climática. Em suma, o comprometimento com a sustentabilidade, em termos do equilíbrio entre a produção econômica, a responsabilidade social e o meio ambiente. O tempo passa e é preciso achar os espaços para encontrar a solução.

Nesta edição **Agroanalysis** traz também um caderno especial sobre o agronegócio do café. Os cafeicultores exigem maior participação na renda gerada ao longo da cadeia produtiva, que oscila entre 7% a 15% em todo o globo. É muito pouco. A Organização Internacional do Café (OIC), com o fim de suas cláusulas econômicas e o sistema de cotas, não mais achou o seu papel estratégico no contexto de liberalização dos mercados. A competição entre os países cresceu de forma intensa e predatória.

Com o descasamento entre o custo e a remuneração da produção de café, vieram o prejuízo econômico e o endividamento dos cafeicultores. Por sua vez, a pressão dos certificadores onera o setor produtivo, enquanto os estoques agora estão na mãos dos importadores. Diante dessas ameaças sobre a cafeicultura, começaram em setembro último, na reunião da OIC em Londres, os trabalhos para montar o Plano de Ação Estratégico para o Período 2009/2014.

Os carros *flex* começam a alterar a relação de preços entre o álcool e a gasolina. A **Agroanalysis** não poderia ficar sem abordar esse tema.

Também não pode deixar de ser comentada a taxação de 2% sobre a entrada de capitais especulativos. Afinal, o objetivo é mexer no câmbio, que atualmente é o item mais sensível para o setor agropecuário. ■

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano

Editor chefe: Antônio Carlos Kfourir Aidar

Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza

Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felipe Cauê Serigati

Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redação

Redator: Bruno Blecher

Arte: André C. Michelin e Renata Owa

Revisão: Cacalo Kfourir

Fotos: Stock.xchng (Capa), Getty Images (pág. 04).

Secretaria e apoio administrativo: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Publicidade: Representante comercial: Valor Rural Consultoria e Comunicação, Tel.: (11) 4243-9702, e-mail: jcotrim@terra.com.br. Contato comercial: José Luis Ballalai Cotrim.

Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-3220, Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br

Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 548, 8º andar, Tel.: (11) 3799-3220, Fax: (11) 3262-3569

www.fgv.br/agroanalysis



FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

Conselho Diretor

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio F. Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcilio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho e Nestor Jost

Conselho Curador

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Dante Letti (Souza Cruz S/A), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maurício Matos Peixoto, Raquel Ferreira (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang e Mauro Sérgio da Silva Cabral (IRB-Brasil Resseguros S.A.)

Suplentes: Aldo Floris, Gilberto Duarte Prado, Luiz Roberto Nascimento Silva, Karine Brandão (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Roger Agnelli (Cia. Vale do Rio Doce), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.) e Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos

Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca

Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS

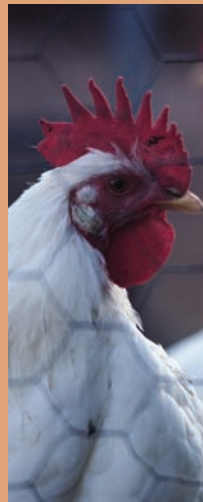
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

ACESSE O SITE
www.fgv.br/agroanalysis

ou ligue

0800 770 88 81

e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio



Abre Aspas

- 6 Reinhold Stephanes
- 9 Macroeconomia
- 10 Agrodrops
- 12 Frases e comentários

Mercado & Negócios

- 13 Insumos de base orgânica
- 14 Bioetanol
- 16 Gestão de risco

Especial Café

- 17 Raio X da crise do café no Brasil

Política Agrícola

- 34 Segurança alimentar

Especial Andef

- 36 Agricultura de precisão

Fórum Abag

- 38 COP-15

Sustentabilidade

- 46 Preservar a floresta

Especial OCB

- 48 Censo Agropecuário 2006

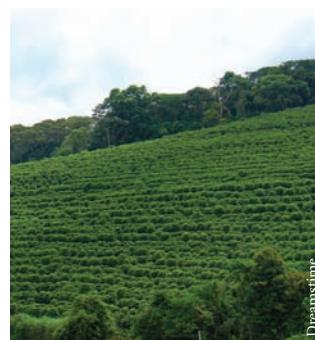
- 49 Diário de bordo
- 49 Produzir
- 50 Opinião

Fórum Abag



38 COP-15

Especial Café



17 Raio X da crise do café

Safra 2009/10



16 O que esperar do câmbio

Carros flex



14 Relação de preço

Reinhold Stephanes

Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Todo apoio à cafeicultura

da Redação

AS MEDIDAS de apoio à cafeicultura implementadas nos últimos meses pelo governo podem não ter sido suficientes para atender a todas as necessidades do setor, mas devem minimizar os problemas de grande parte dos produtores.

É o que afirma o ministro Reinhold Stephanes, que prometeu maior atenção ao setor na próxima safra. “Faremos todo o possível para que as medidas sejam implantadas no momento adequado. Foram consideradas as expectativas sobre a próxima safra, por isso que antecipamos algumas delas, tal como o programa de recomposição dos estoques estratégicos de café, que visa a retirar do mercado expressivo volume do produto de modo a propiciar a recuperação dos preços e, consequentemente, um melhor equilíbrio entre preços e custos”, garante o ministro da Agricultura.

Nesta entrevista exclusiva a Agroanalysis, Stephanes faz um balanço da atuação do MAPA na cafeicultura e analisa as perspectivas do setor.

AGROANALYSIS A sua atuação à frente do Ministério da Agricultura é reconhecida por muitos como uma das mais ativas no que diz respeito ao café, mas as mesmas pessoas que o elogiam consideram que as ações adotadas em prol do setor ficaram aquém dos pleitos dos cafeicultores. Como o senhor analisa essa situação e o que o governo deve fazer para tentar sanar o endividamento crônico e a falta de renda da atividade? O senhor acha necessário que os Ministérios da Fazenda e do Planejamento sejam mais maleáveis em relação à cafeicultura?



“Atuamos em conjunto com os Ministérios da Fazenda e do Planejamento para aprovar importantes medidas [apoio à cafeicultura], as quais totalizam aproximadamente R\$ 3 bilhões a serem aplicados nos próximos meses”

REINHOLD STEPHANES Entendo que temos promovido um trabalho efetivo com os cafeicultores, o que tem permitido bom relacionamento entre o setor produtivo e o governo federal. Prova disso são as numerosas e frequentes reuniões que promovemos, o que contribuiu para que em dois anos e meio o ministério liberasse volume recorde de recursos para os produtores [R\$ 1,7 bilhão em 2007 e R\$ 2,2 bilhões em 2008].

Implantamos um Prêmio de Escoamento da Produção (Peppo), que aplicou R\$ 200 milhões. Apoio aos produtores a fundo perdido com recursos do próprio ministério, ou seja, sem utilizar recursos do Funcafé. E aprimoramos os cálculos dos custos de produção, o que permitiu viabilizar um preço mínimo mais compatível com os custos variáveis reais. Adotamos também um programa de opções públicas de venda de 3 milhões de sacas de café envolvendo cerca de R\$ 1 bilhão, e financiamos a estocagem de 6 milhões de sacas na safra 2008, com cláusula de prorrogação automática. E, por até quatro anos, prorrogamos o pagamento das dívidas de custeio vencíveis em 2008. O prazo de pagamento dos empréstimos da dação em pagamento do Funcafé foi estendido até 2020 e reduzimos por duas vezes suas taxas de juros, que caíram de 9,5% para 6,75% ao ano, paralisamos os leilões dos estoques estratégicos na safra de ciclo alto e criamos linha de crédito para refinanciamento de CPRs (Cédula do Produto Rural). Agora, adotamos medidas ainda mais fortes, como a nova prorrogação, por quatro anos, das dívidas de custeio do Funcafé, a compra do produto por meio de AGE, o pagamento de dívidas de pré-comercialização em café ao preço de garantia, bem como a liberação de R\$ 100 milhões para as cooperativas de crédito refinanciarem produtores.

AGROANALYSIS O senhor acredita que as medidas serão suficientes?

STEPHANES Mesmo que essas medidas não tenham contemplado a totalidade dos pleitos dos cafeicultores, elas foram

abrangentes o suficiente para minimizar os problemas vividos por grande parte dos produtores com a provável melhoria dos preços, o que acreditamos irá ocorrer em breve. Atuamos em conjunto com os Ministérios da Fazenda e do Planejamento para aprovar essas importantes medidas, as quais totalizam aproximadamente R\$ 3 bilhões a serem aplicados nos próximos meses.

“A cafeicultura tem se mostrado nômade no decorrer das últimas décadas e os produtores devem estar atentos a esse fato, assim como à necessidade de evolução tecnológica”

AGROANALYSIS O senhor mencionou que o governo precisa adotar medidas de apoio ao café de forma mais adequada, fazendo os recursos chegarem no momento certo aos produtores e implementando as ferramentas de mercado existentes quando necessário. Podemos confiar que isso ocorra já a partir da safra 2010, que será uma safra de ciclo alto, de modo a se conseguir um equilíbrio entre custos de produção e preços do mercado físico?

STEPHANES Sem dúvida, faremos todo o possível para que as medidas sejam implantadas no momento adequado. Foi considerando as expectativas sobre a próxima safra que antecipamos algumas delas, tal como o programa de reposição dos estoques estratégicos de café, que visa a retirar do mercado expressivo volume do produto de modo a propiciar a recuperação dos preços e, consequentemente, um melhor equilíbrio entre preços e custos.

AGROANALYSIS O senhor citou que os cafeicultores que não têm condições de elevar sua produtividade devido, entre outros fatores, às regiões onde produzem, deveriam se retirar do mercado. O que será desses cafeicultores? O governo planeja alguma medida para possibilitar a migração desses cafeicultores para outra cultura?

STEPHANES Realmente, há modelos tecnológicos menos competitivos que outros, mas eu não diria que isso se deve a características exclusivamente regionais. Há situações estruturais no setor que merecem análises mais profundas por parte do governo federal, assim como dos governos estaduais e das próprias instituições de produtores. É fundamental que esse trabalho prossiga, porque as soluções não serão alcançadas de uma hora para outra. A cafeicultura tem se mostrado nômade no decorrer das últimas décadas e os produtores devem estar atentos a esse fato, assim como à necessidade de evolução tecnológica. Observo que algumas regiões deixaram de produzir café e mesmo assim continuam pujantes economicamente. O governo vai se empenhar para contribuir em caso de possibilidade de transição para outras atividades agrícolas ou para uma eventualmente possível evolução de produtividade. Mas o setor não deve esperar passivamente que o governo proporcione solução para todos os seus problemas. Até porque é fundamental que todo empreendedor esteja atento às indicações do mercado.

“O sucesso da produção de maior volume implica pressão sobre os preços e a descapitalização de alguns (ou muitos) produtores”



AGROANALYSIS O investimento em pesquisas e tecnologia seria uma variável positiva aos cafeicultores brasileiros? E em caso afirmativo, quais as variáveis para que façam esse investimento, uma vez que se encontram descapitalizados?

STEPHANES São significativos os investimentos que o governo promove em pesquisa cafeeira, mediante o apoio irrestrito ao consórcio coordenado pela Embrapa e composto pelos institutos de pesquisa dos estados produtores. Os resultados são positivos porque mostram o crescimento da produção sem aumentar a área plantada, ou seja, a produção e a produtividade têm crescido, de modo que o mercado interno cresce significativamente e as exportações são recordes. É fato que há mercado para todo o café produzido, embora a preços inferiores às necessidades de boa parte do setor, que age de forma agressiva dada a natureza do próprio cafeicultor, que tem melhorado bastante a produtividade e a qualidade dessa cultura. Infelizmente essa situação tem duas faces. O sucesso da produção de maior volume implica pres-

são sobre os preços e a descapitalização de alguns (ou muitos) produtores. Uma solução exclusivamente governamental, que resolvesse plenamente essa situação poderia trazer ainda maior pressão sobre os preços, porque resultaria numa produção ainda maior. Ao adquirir café tentamos reabilitar um instrumento de política pública que permite melhor gestão de certas situações estruturais de mercado. Mas essa não pode ser considerada solução definitiva, porque o produto comprado será vendido quando o mercado estiver mais ajustado. Enfim, não há solução fácil nem permanente. O monitoramento deve ser constante e temos que nos esforçar ao máximo para que as gestões públicas e privadas sejam eficientes.

AGROANALYSIS Hoje a OIC é o principal fórum internacional de discussões e elaborações de propostas à cafeicultura mundial. Ciente da importância brasileira nessa cultura [principal produtor e exportador e em vias de se tornar o maior consumidor], o senhor não acre-

ditada que o governo deveria ter uma atuação mais efetiva no âmbito dessa organização, com um ou mais ministros de Estado tendo presença nas reuniões para melhor elucidar os planos e programas governamentais específicos à atividade no País?

STEPHANES O atual Acordo Internacional do Café, firmado no âmbito da Organização Internacional do Café, ainda não foi sequer ratificado pelo Congresso Nacional, mas mesmo assim as últimas reuniões foram acompanhadas de perto pelo próprio secretário executivo do Ministério da Agricultura, vice-ministro de Estado, Gerardo Fontelles. O acordo a ser ratificado não contém temas que exijam, neste momento, a atenção específica desse nível governamental. Lembro que nenhum outro país produtor foi representado recentemente nessa organização por ministros de Estado, posto que as funções da OIC neste momento específico não alcançam importância estratégica dessa ordem. Caso seja necessário, certamente estaremos presentes. ■

Macroeconomia

Reavaliando políticas

Rogério Mori*

O CENÁRIO econômico brasileiro atual permite análises em distintas frentes no âmbito do comportamento após o acirramento da crise financeira internacional no último trimestre de 2008.

Sem dúvida, a economia brasileira segue uma trajetória de recuperação neste momento, com sinais claros de crescimento de produção no terceiro trimestre em relação aos três meses anteriores. Nesse contexto, a análise da evolução da conjuntura econômica nacional sugere que uma perspectiva de retomada para os próximos trimestres, com crescimento próximo a zero em 2009 relativamente ao ano passado. As perspectivas para 2010 também são favoráveis e a economia brasileira deverá registrar crescimento no ano que vem em vista do cenário atual.

Sob essa ótica, cabe neste momento a discussão acerca da manutenção dos impulsos proporcionados à demanda agregada por meio das políticas monetária e fiscal. Em outras palavras, na ausência de novos choques adversos, começa a entrar no horizonte de discussões a reversão do ciclo de afrouxamento da política monetária e a diminuição do impulso fiscal proporcionado pelas medidas adotadas.

No campo fiscal, as medidas iniciaram-se efetivamente em dezembro, com a redução do IPI para as montadoras (benefício que foi estendido a outros setores posteriormente). Em outras palavras, várias medidas afetaram o lado da

arrecadação, o que, conjugado à retração da atividade econômica no primeiro semestre do ano, afetou diretamente a arrecadação do governo federal. Ao mesmo tempo, não houve maiores esforços do lado da contenção de gastos, o que levou a uma deterioração do resultado fiscal ao longo deste ano. A reação da atividade econômica no terceiro trimestre e (ao que tudo indica) no final de 2009 ainda se mostram insuficientes para reverter o quadro significativamente. Isso significa que, passados os efeitos mais perversos da crise, a dinâmica fiscal deverá ser revista daqui para frente e, particularmente, no ano que vem. Esse será um desafio considerável, principalmente considerando-se que o ano que vem será um ano eleitoral, em que maiores esforços de ajuste fiscal não devem acontecer.

Aliada a essa dinâmica entra em cena a questão da política monetária. Embora o Banco Central (BC) tenha reagido tardiamente para reduzir a meta da taxa básica de juros – Selic – fazendo esse movimento apenas quando os efeitos mais perversos da crise já tinham se instalado em nossa economia, o patamar atual da taxa começa a gerar algum desconforto. Assim, a taxa Selic, que atualmente se encontra em 8,75% aa, pode ser incompatível com a perspectiva de crescimento do ano que vem no contexto de uma meta de inflação de 4,5% para o IPCA. Algumas projeções já apontam para a necessidade de o Banco

Central elevar a meta da Selic em meados de 2010, ou seja, há apenas alguns meses da eleição presidencial. Caso a economia brasileira apresente dinamismo maior que o esperado no terceiro e no quarto trimestres deste ano, é possível que o calendário da elevação de juros tenha que ser antecipado.

O conjunto desses elementos resulta em desafios para o ano que vem. De um lado, a necessidade de reforçar o ajuste fiscal no ano que vem diante do que foi verificado em 2009. Possivelmente, as tentativas desse ajuste venham com maior intensidade do lado da arrecadação que dos gastos. De outro lado, a possibilidade de um aperto monetário meses antes das eleições causaria dificuldades consideráveis para o governo. Ao que tudo indica, a meta da taxa Selic não deverá ser mantida no atual patamar até o final de 2010.

Por fim, há que considerar também o cenário externo para o ano que vem. A economia americana ainda permanece relativamente estagnada e as perspectivas de crescimento global ainda são relativamente moderadas para 2010. Caso o quadro se mantenha inalterado, é razoável supor que o cenário delineado para a economia brasileira no ano que vem se mantenha. O problema surgiria na eventualidade de um novo agravamento da crise no âmbito internacional. ■

* Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP)

Por Bruno Blecher

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br

FOME NO MUNDO

1 bilhão de pessoas passam fome no mundo, segundo o último levantamento realizado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), divulgado no Dia da Alimentação (16 de outubro).

NEGÓCIO APIMENTADO



De acordo com a Embrapa, o agro-negócio de pimentas movimenta, do processamento até a comercialização, cerca de R\$ 80 milhões por ano, e os pesquisadores têm investido muito na parceria com empresas privadas e associações de produtores para desenvolvimento de variedades resistentes a viroses e com características melhoradas para atender às exigências do mercado mundial.

BIQUINHO MINEIRO

As variedades mais cultivadas por aqui são malagueta, dedo-de-moça, cumari e a “de cheiro”. As pesquisas estão buscando a melhoria de uma nova variedade conhecida como “biquinho”, pimenta doce e muito utilizada no Triângulo Mineiro.

COLHA SUA FEIRA

O maior supermercado brasileiro está buscando áreas próximas a São Paulo para montar uma rede de *market farm*. A idéia é associar a produção de alimentos orgânicos e turismo rural, seguindo o modelo europeu. Na periferia de Paris, pequenos sítiantes abrem suas portas aos domingos para os consumidores, que colhem a sua feira, almoçam e retornam à cidade no final da tarde, de trem.

CINTURÃO VERDE



O chamado cinturão verde de São Paulo é uma área extremamente propícia para este negócio. Desde 1994, o cinturão verde é considerado pela Unesco como reserva de biosfera. Esta reserva reúne – além de São Paulo – 71 municípios e tem 1,540 milhão de hectares, que circunda a área urbana de 220 mil hectares. A coordenação da reserva é feita pelo Instituto Florestal da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

CONGRESSO DE AGRIBUSINESS NO RIO

Sustentabilidade e inovação são os destaques do 11º Congresso de Agribusiness, promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura. Segundo o relatório *Bruntland*, sustentabilidade significa “suprir as necessidades da geração presente, sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprir as suas necessidades”. Altieri (1983) definiu

sustentabilidade agrícola como a “capacidade de um agroecossistema de manter a produção através do tempo na presença de repetidas restrições ecológicas e pressões socioeconômicas”. O congresso acontece no Auditório da Confederação Nacional do Comércio. Informações pelo tel. (21) 3231-6350 ou no site www.sna.agr.br.

BOI SUSTENTÁVEL

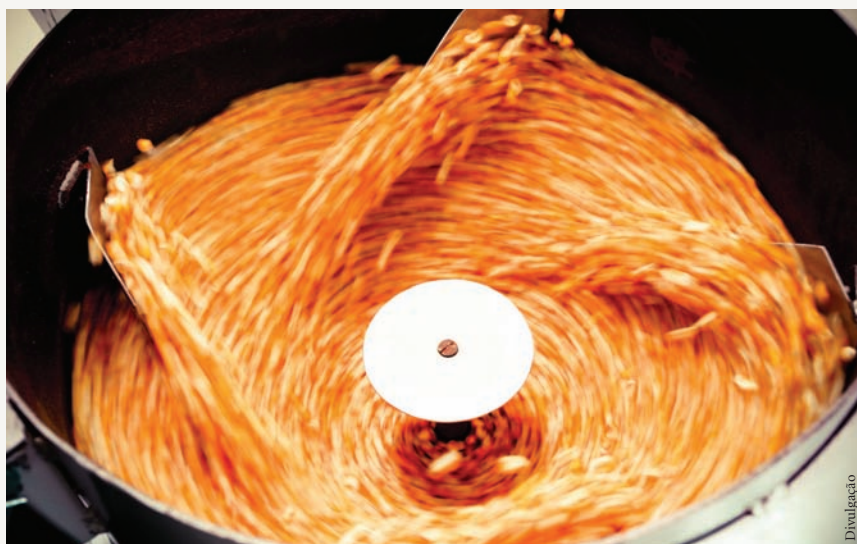


Supermercados, bancos, frigoríficos, ONGs ambientalistas, pecuaristas e pesquisadores da Embrapa Pantanal se encontram em São Paulo nos próximos dias 9 e 10 de novembro em São Paulo para encaminhar as discussões sobre a pecuária sustentável. Na última assembleia, em setembro, o a Corporação Financeira Internacional (IFC)) em São Paulo, o grupo assumiu “compromisso com o desmatamento zero, com a criação de condições e formas de compensação para viabilizá-lo.

JUNK FOOD

“Atualmente, boa parte da alimentação dos setores populares é composta por produtos industrializados. Isso tem levado ao que os técnicos denominam de transição epidemiológica, que acarreta o aumento das doenças degenerativas, como cânceres e problemas cardíacos”. O alerta é do professor Walter Belik, coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Alimentação (Nepa).

SEED CARE



A Syngenta inaugurou no início de outubro, em Holambra (SP) o Seed Care Institute, um moderno laboratório na área de tratamento de sementes. O instituto vai realizar testes para desenvolvimento de tecnologias para as culturas de milho, soja, algodão, feijão, cereais, vegetais, girassol e amendoim. “Essa instalação é única na América Latina, com a mais alta tecnologia aplicada no monitoramento e aprimoramento do tratamento de sementes” disse Renato Guimarães, diretor de Seed Care e Lawn and Garden da Syngenta na América Latina.

Pensa-USP promove conferência internacional em SP

As estratégias das grandes companhias do agronegócio para enfrentar a crise global, a reorganização das cadeias produtivas e as oportunidades de negócios nos setores de grãos, fibras e energia são algumas das temáticas da 7th *International Pensa Conference*, que será realizado em São Paulo de 26 a 28 de novembro próximos. Confira a programação completa pelo site <http://www.pensaconference.org>.

HÁ CINCO ANOS...



Protocolo de Quioto entra em vigor

“Na última etapa dos trâmites legislativos da Rússia, o presidente Vladimir Putin assinou em 5 de novembro a lei de ratificação do Protocolo de Quioto, aprovada pelo Parlamento em 22 de outubro. Notificada oficialmente da adesão russa, a ONU, dentro do prazo de 90 dias, estabeleceu que o tratado entra em vigor em 26 de fevereiro, mesmo sem a chancela do maior poluidor mundial, os Estados Unidos, com 36% das emissões de gases que provocam o efeito estufa. A Austrália também ficou fora”

Agroanalysis, dezembro de 2004

“Um adido [agrícola] em Pequim ajudará muito, porém o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos tem 43 funcionários na China, 13 deles norte-americanos em cinco escritórios espalhados pelo país”

PEDRO DE CAMARGO NETO, presidente da Abipecs

“Não temos nenhuma tecnologia que vai ser a solução de tudo. Principalmente num mundo biológico, onde tudo muda muito rápido. Numa agricultura tropical, temos que manter sempre uma diversidade de atuações e de enfoques para ter capacidade de atacar esses diversos problemas”

PEDRO ARRAES, presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

“Em 2008, utilizamos 22 milhões de t de fertilizantes, dos quais 15 milhões foram importados. A nossa produção está estabilizada em 9 milhões faz dez anos. Podemos ter um problema de desabastecimento. Temos problema de logística”

ALI ALDERSI SAAB, Ministério da Agricultura

“Censo Agropecuário: Agricultura familiar produz mais em menor área”

Press-release distribuído pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário

“Censo Agropecuário: Agricultura comercial responde por 63% do Valor Bruto da Produção e agricultura familiar por 37%”

Press-release distribuído pela Confederação da Agricultura e da Pecuária do Brasil

“O Brasil terá um desempenho espetacular do agronegócio porque pela primeira vez na história pode haver falta física de alimentos, o que vai elevar os preços”

JOSÉ VICENTE FERRAZ, da AgraFNP

“Satisfazer a demanda de 9,1 bilhões de pessoas no planeta em 2050 exigirá produzir 70% mais alimentos do que hoje”

JAQUES DIOUF, diretor geral da FAO

“O maior problema do Brasil na área do agronegócio é a dependência brutal dos insumos”

JOÃO SAMPAIO, secretário da Agricultura do Estado de São Paulo

“Eu sempre digo, se você deve 5 milhões, você é um fracasso. Se deve 50 milhões, você é um empresário. Se você deve 500 milhões, é um magnata, mas se você deve 5 bilhões, você é um governo. Eu chego lá!”

ANDY CAPP, o Zé do Boné, personagem de Reg Smythe

“A agricultura, ao contrário da indústria, não tem como controlar a produção para evitar grandes quedas de preços; também não tem ajuda na forma de isenção de tributos quando a demanda está fraca. Desde a década de 1970, os preços agropecuários estão em queda no mundo todo, acumulando uma redução de 75%”

GERALDO BARROS, coordenador científico do Cepea da Esalq-USP



Insumos de base orgânica

Contribuição para a indústria de fertilizantes

Carlos Augusto Pimentel Mendes¹
José Gabriel Ayuzo²

NO BRASIL, é conhecida a dependência da indústria de fertilizantes por fontes externas de matéria-prima como um dos entraves ao seu crescimento. É neste contexto que se inserem os insumos de base orgânica no cenário pré-porteira a ser produzido.

As projeções para os próximos cinco anos da demanda de fertilizantes minerais estão estimadas em cerca de 32 milhões de toneladas, enquanto o segmento de fertilizantes orgânicos e organominerais espera atingir 8 milhões de toneladas.

Transformando estes dados em consumo de nutrientes, estima-se o consumo, em NPK, de 13,7 milhões de toneladas em 2012, ante 10,7 milhões de toneladas em 2007. Esse salto irá demandar fortes investimentos na ampliação da capacidade produtiva de indústria de fertilizantes minerais no país ou aumento nas importações em curto prazo.

A combinação de nutrientes de origem mineral e orgânica por meio da ação e solubilização biológica, resultando em

fertilizantes orgânicos e organominerais com formulas menos concentradas pode substituir, em NPK, até 40% dos 13,7 milhões de toneladas projetadas para 2012. Com isso, precisará de um incremento de 4,92 milhões de toneladas na produção de NPK (produção nacional/exploração das jazidas) de origem mineral.

Quando se analisa a disponibilidade de matéria-prima de origem orgânica, constata-se que as fontes de geração e extração no Brasil são bastante diversificadas e significativas. Elas poderão contar com um expressivo crescimento de consumo e ciclagem de nutrientes com as instalações de fábricas estrategicamente localizadas no território nacional.

Para o País, a utilização das suas reservas de matérias-primas orgânicas, por meio do firme propósito de destinar prioritariamente a sua biomassa para a agricultura, evitaria o direcionamento de incentivos somente para a Comunidade Europeia e países desenvolvidos, na utilização ou importação da biomassa nacio-

nal disponível para a queima como fonte alternativa de energia.

A necessidade nacional mínima de consumo é de 34 milhões de toneladas anuais de matéria orgânica, quando se considera a aplicação de 10 toneladas por hectare. Mas, deve-se aplicar mais, para a preservação de um solo ideal, forte em vida biológica e sempre fértil e produtivo, para cumprir a composição ideal, de pelo menos 5% de matéria orgânica.

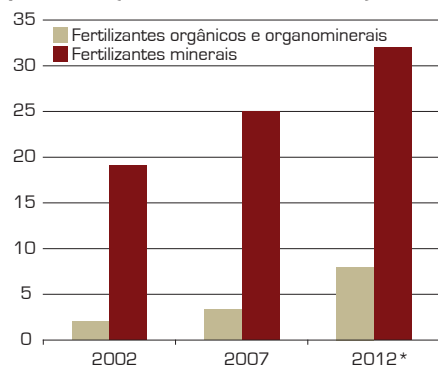
O Brasil deve reverter o quadro de fornecedor de energia limpa para os países desenvolvidos à custa da degradação de seus solos produtivos. Como iminência e dependente do agronegócio, o País precisa assegurar a preservação de biomassa e a capacidade de gerar matéria-prima orgânica.

A redução da dependência externa de fertilizantes passa pela implantação de um Plano Nacional de Fertilizantes, com a contemplação do emergente setor de fertilizantes orgânicos e organominerais. A cadeia dos insumos de base orgânica carrega em seus sistemas produtivos os antigos e sempre modernos conceitos de ciclagem de nutrientes, uso de matérias-primas de fontes renováveis e sustentabilidade ambiental que deverão ilustrar também um novo desenho para o setor nacional. ■

1. Eng. agrônomo – coordenador do Plano Nacional de Biomassa – Abisolo

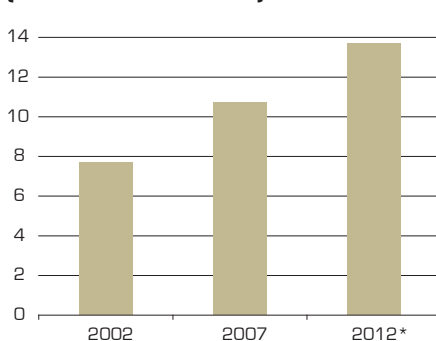
2. Executivo da Área de Fertilizantes – conselheiro consultivo da Abisolo

Demanda por fertilizantes e projeção (milhões de toneladas)



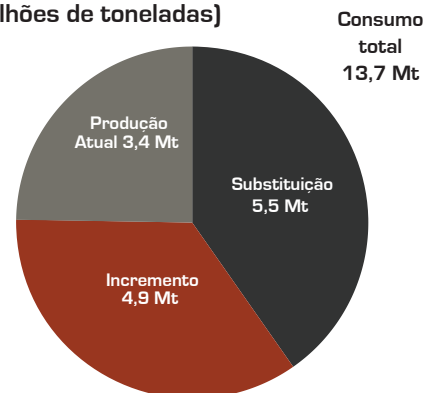
Fonte: 2002-2007: IFA, Anda
*2012: Estimado

Consumo de nutrientes – nitrogênio, fósforo e potássio (milhões de toneladas)



Fonte: IFA, Anda, Abisolo

Composição do consumo de fertilizantes, 2012 (milhões de toneladas)



Fonte: IFA, Anda, Abisolo

Bioetanol

Sucesso do carro *flex* no Brasil

Felippe C. Serigati¹
Leonardo B. Correia¹
Bruno B. Perosa¹

A **PRESENÇA** de carros com motores *flex fuel* já produziu significativas mudanças tanto no mercado automotivo quanto no de combustíveis. Com relação a este último mercado, um estudo realizado pela FGV² revelou que os chamados veículos *flex*, há pouco mais de seis anos no mercado, praticamente dobraram a sensibilidade entre o preço da gasolina e a quantidade vendida de álcool hidratado. Isto significa que aumentos no preço da gasolina resultam cada vez mais em aumentos na venda de álcool hidratado.

Os primeiros carros *flexfuel* chegaram ao mercado nacional em março de 2003 e desde 2006 dominam as vendas de veículos novos no Brasil. Os números da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) a respeito da participação destes veículos sobre o mercado automotivo já foram amplamente divulgados e é de conhecimento comum: em 2008, os veículos *flex* foram responsáveis por 91,17% das vendas de automóveis novos no país. Apesar da magnitude, estas cifras afetam apenas marginalmente o estoque de automóveis, de tal modo que a maior parte da frota de veículos ainda é composta por veículos a gasolina.

Embora ainda pouco estudado, o advento dos carros *flex* provocou uma mudança no perfil do consumo de combustíveis automotivos no Brasil. A introdução destes veículos permitiu que o consumidor pudesse escolher, toda vez que fosse abastecer, qual mistura de álcool hidratado/gasolina é mais vantajosa. Antes, o consumidor só podia escolher o combustível a ser utilizado em seu veículo no momento da compra do automóvel.

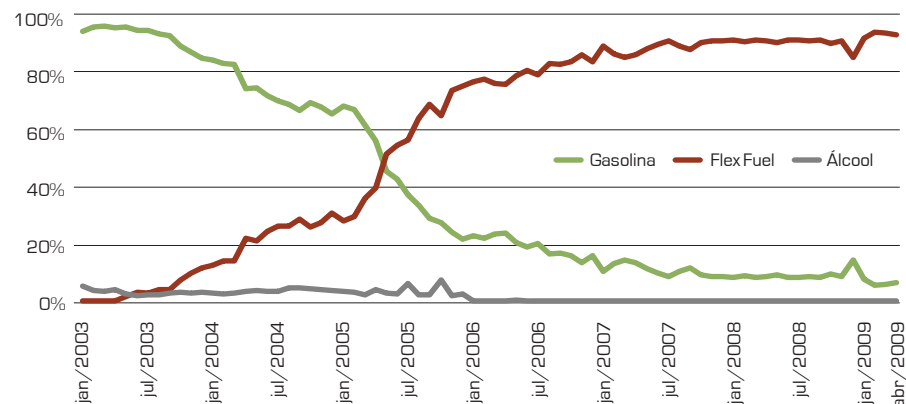
A possibilidade de o consumidor escolher qual combustível utilizar em seu veículo (desde que seja *flex fuel*) fez aumentar a demanda por álcool hidratado, notadamente devido ao seu menor preço por litro na bomba. Em contrapartida, era de se esperar uma redução da demanda por gasolina. Esta só não foi observa-

da porque a quantidade de carros novos que entraram no mercado compensou a queda proporcional no consumo deste combustível.

Além da maior participação do álcool hidratado no volume total de combustíveis vendidos no Brasil, a introdução dos carros *flex* também intensificou a concorrência por preços entre gasolina e álcool hidratado. De acordo com os resultados obtidos pelo estudo, atualmente, um aumento de 1% no preço da gasolina é refletido em um aumento de aproximadamente 1,87% na quantidade vendida de álcool hidratado.

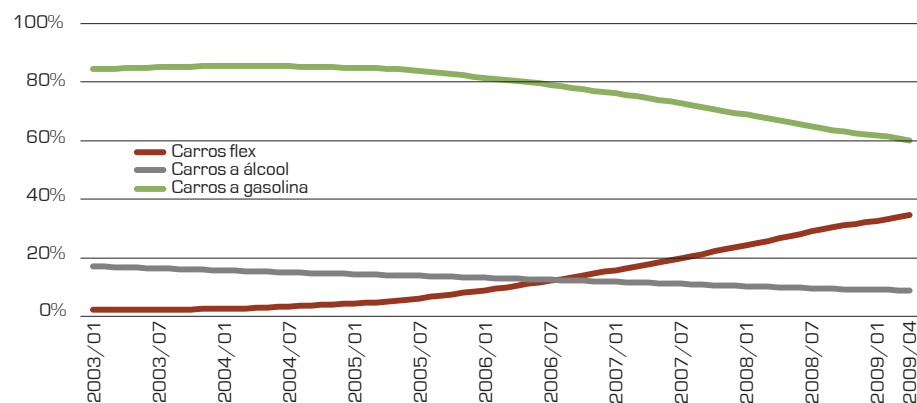
Da mesma forma, a presença de veículos *flex* também aumentou sensibilidade da demanda de álcool em relação ao seu preço. De acordo com o estudo, uma elevação de 1% no preço do álcool hidratado é respondida por uma queda de aproxi-

Proporção de veículos novos vendidos por tipo de combustível



Fonte: Anfavea

Proporção de veículos em circulação por tipo de combustível



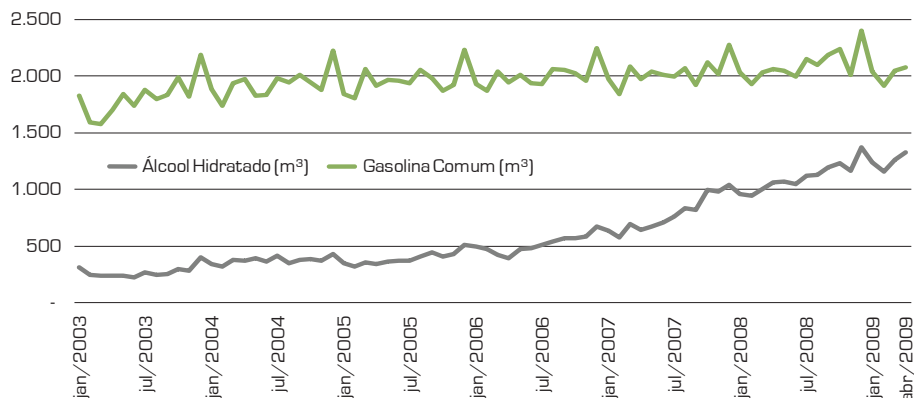
Fonte: MCT e Anfavea
Elaboração: GV Agro

madamente 2,1% da quantidade vendida deste combustível.

A introdução de carros *flex*, além de conferir ao consumidor maior poder de escolha ao abastecer seu veículo, deu-lhe também maior segurança ante a variações nos preços dos combustíveis. Conforme cresce a participação dos *flex* no total de veículos em circulação, a gasolina e o álcool hidratado passam a ser cada vez mais substitutos diretos. Com isso, o consumidor conta com maior capacidade de arbitragem para se proteger de choques que afetam o preço final dos combustíveis, tais como variações no preço do petróleo, no preço do açúcar ou quebras de safra da cana-de-açúcar.

A maior segurança permitiu que o consumidor brasileiro voltasse a utilizar o álcool hidratado, recuperando uma preferência que estava desgastada devido às crises de abastecimento ocorridas ao

Volume total de combustível vendido (mil m³)



Fonte: ANP

final do Proálcool. Dessa forma, fortalece-se o papel do etanol brasileiro como uma solução viável na redução de emissões de gases que provocam o chamado efeito estufa. ■

1. Doutorandos EESP e pesquisadores do Centro de Agronegócios (GV Agro). felippeserigati@gmail.com, bruno@perosa.com.br e lehito@gmail.com
2. *O Impacto dos Veículos Flex Fuel sobre o Mercado de Combustíveis no Brasil*. Disponível em http://www.eesp.fgv.br/centro_de_estudo.php

Sustentabilidade.

Investir nesta idéia é gerar desenvolvimento.

Prospecatar novas oportunidades de mercado, promover o desenvolvimento social, garantir a sustentabilidade dos recursos renováveis. Estes são os principais objetivos dos programas Mercado de Carbono e MDL Florestal, iniciativas da OCB em conjunto com diversas cooperativas. Se você é cooperado, profissional da área ambiental ou entusiasta de ações que visam garantir um futuro melhor para as próximas gerações, acesse o site <http://carbono.brasilcooperativo.coop.br> para conhecer ou participar desses programas.

* Mecanismo de Desenvolvimento Limpo



Carbono Cooperativo

<http://carbono.brasilcooperativo.coop.br>

Gestão de risco

Travar ou não o câmbio?

A MEDIDA tomada pelo governo de taxar em 2%, na entrada, o capital especulativo terá efeito mínimo no câmbio. Parece muito mais uma medida para aumentar a combatida arrecadação federal, ao mesmo tempo em que dá uma satisfação aos exportadores, algo como “estamos tentando segurar o câmbio”.

Com a Selic a 8,75% ao ano, esse imposto traz o rendimento líquido do investidor externo de 8,75% ao ano para 6,57%, no primeiro ano (é como se o dinheiro ficasse 85 dias, dos 365, sem remuneração no primeiro ano). Ora, esse ganho é ainda muito elevado, quando comparado às opções que existem pelo mundo. E quando se olha para prazo mais longo, a vantagem aumenta. Para afetar realmente o câmbio, o imposto teria de ser muito mais alto. E o governo dificilmente vai adotar uma medida mais agressiva. Basta notar o ruído que já aconteceu entre o Ministério da Fazenda e o Banco Central, assim que a taxa de 2% foi anunciada.

Nesse quadro, o produtor rural deve pensar com muito carinho em travar o câmbio de sua venda para 2010. Olhando os preços (de seu produto e do dólar) no mercado de futuros, e feitas as contas, com um custo de produção bem estimado, não deve haver dúvida em garantir o negócio se a conta fechar no azul. Se o resultado da conta significar prejuízo, a decisão fica mais difícil, mais amarga. Fechar o câmbio e preço e garantir um prejuízo já conhecido ou arriscar? Quanto ao preço da commodity, é preciso analisar cada mercado específico. Mas, quanto ao dólar, a maior chance é de aumentar

o prejuízo. As previsões para o dólar ao longo de 2010 são de valor baixo, mesmo após a medida de taxa tomada. O Brasil é a bola da vez. Além do capital especulativo, que ainda se sente muito atraído pelo real, existem investimentos em infraestrutura, como no PAC, pré-sal, na Copa do Mundo e nas Olimpíadas. O volume de investimento é gigantesco e o mundo não tem grandes opções nos dias que correm. Vem uma enxurrada de dólares para cá.

A decisão, principalmente no caso de garantir prejuízo, não é simples, e cada produtor deve refletir muito sobre a sua situação, e o preço do seu produto. Mas,

travar o dólar parece a medida mais acertada.

Vale lembrar o caso de produtores de laranja que têm contratos de fornecimento longos com a indústria, e que com muitas dúvidas travaram o câmbio entre setembro e outubro do ano passado, com o dólar em torno de R\$ 2,20. Na época se falava em dólar subindo e chegando a mais de R\$ 3,00. Esses produtores do exemplo estão se saindo muito melhor do que aqueles que não fecharam o câmbio e estão amargando hoje, um dólar abaixo de R\$ 1,80.

Portanto, tenha certeza que seus custos estão bem calculados e tome a sua decisão. ■





RAIO X

DA CRISE DO CAFÉ NO BRASIL



Conselho Nacional do Café

BUSCANDO CAMINHOS PARA SAÍDA DA CRISE CAFEIEIRA

Gilson Ximenes*



Voltei à presidência do Conselho Nacional do Café (CNC) no ano de 2007, convidado pelas cooperativas, associações e sindicatos de café que compõem a entidade para defendermos de maneira mais consistente o setor produtor da cafeicultura brasileira, que vinha sendo abandonado nas políticas setoriais do governo federal.

A cafeicultura nacional atualmente vive maus tempos financeiros devido a fatores conjunturais e estruturais, espelhando uma situação ocasionada pelo chamado mundo globalizado, ou seja, a disparada dos custos de produção e a venda do nosso café a valores inferiores aos gastos que temos para produzi-lo.

Essa situação de comercialização a preços irrisórios quando comparados com nossos custos fez com que ficassemos sem renda na atividade, o que desencadeou uma situação financeira insustentável e o consequente acúmulo das dívidas.

O governo federal, um dos principais, se não o principal, responsáveis pela situação atual do cafeicultor brasileiro, começou a entender essa conjuntura, principalmente no que se refere ao setor produtor, e deu início a uma série de ações que têm o objetivo de tentar sanar o endividamento, à medida que passem a gerar renda.

É válido salientar que as medidas adotadas foram bem tomadas quanto ao aspecto da qualidade, no entanto, quando pensamos no enfoque da quantidade, sobretudo em relação ao preço mínimo, prazo e volume, elas ficam aquém do tamanho da realidade da crise, o que, consequentemente, nos conduz a dar sequência às negociações para que se encontre uma solução definitiva ao endividamento e à falta de rentabilidade na atividade cafeeira.

Na condição de presidente do Conselho Nacional do Café, informo que nosso trabalho pró-ativo na defesa do cafeicultor brasileiro continua, pois temos o dever de devolver a dignidade a esses trabalhadores que ajudaram a estruturar o Brasil.

Uma das ações nesse sentido é esta edição de *Agroanalysis*, na qual pretendemos trazer uma elucidação dos fatores que levaram a atividade cafeeira nacional a tal ponto crítico financeiro, bem como traçar um paralelo entre os pleitos do setor e as medidas iniciais adotadas pelo governo federal.

Também pretendemos apresentar algumas iniciativas de investimento em pesquisa, tecnologia e *marketing*, que vêm sendo implantadas com o intuito de mitigar a crise econômica vivenciada pelos cafeicultores.

Outro ponto que trataremos nesta edição de *Agroanalysis* é a Organização Internacional do Café (OIC). Isso porque, na condição de principal fórum de discussão da cafeicultura mundial, entendemos que a entidade pouco tem feito no sentido de ajudar os países produtores a buscarem saídas para a crise financeira.

Com o fim das cláusulas de regulação de mercado, em 1989, a organização vem buscando novo sentido para suas atividades. Países importadores, por sua vez, desviam o foco da OIC para tratar de temas como sustentabilidade e certificação de qualidade, com base na imposição de padrões ambientais e trabalhistas nos métodos de produção.

Na última rodada de reuniões, ocorrida em setembro na sede da entidade, em Londres (ING), fiquei estupefacto, uma vez que percebi que o Código Comum para a Comunidade Cafeeira, o chamado 4Cs – um programa do setor privado quase incorporado pela OIC –, apresentou critérios diferentes de certificação para os diversos países produtores, o que reflete uma injustiça sem tamanho.

Tenho o dever de recordar que o fim da intervenção direta no mercado internacional, que era realizada por intermédio do sistema de cotas, não significa que os temas de teor econômico devam ser abandonados no âmbito da principal entidade internacional do café.

O Brasil, como maior produtor e exportador, além de segundo maior consumidor mundial, justifica sua posição de destaque na OIC e, nesse sentido, junto com os demais países produtores, tem que empreender esforços para buscar remuneração justa e equitativa aos cafeicultores, bem como maior participação das nações em desenvolvimento nos benefícios e lucros do setor, sobretudo por meio do aumento do valor agregado de seus produtos. É inadmissível que os responsáveis por toda xícara de café tomada no mundo fiquem apenas com uma fatia que oscila entre 7% e 15% da renda total gerada com a cafeicultura em todo o globo.

No intuito de acabar com essa discrepância, a delegação brasileira, com altíssima representatividade ao longo da última rodada de reuniões em Londres, teve uma participação efetiva, indicando, em sua postura e seu posicionamento, que pensamos primeiro na questão da sustentabilidade econômica no mundo do café, fato que recebeu aplausos calorosos e um forte apoio dos representantes de todos os países produtores membros da OIC.

Voltando ao Brasil e dando sequência ao trabalho de defesa do produtor, mantemos o contato direto com o governo para emplacarmos, definitivamente, uma política específica à cafeicultura nacional, de forma que os instrumentos e ferramentas de mercado disponíveis não surjam apenas como medidas tardias para danos já causados, mas, sim, sejam implementados estrategicamente, conduzindo os cafeicultores a lucros, o que possibilitará uma caminhada rumo à saída do endividamento.

A parte boa de toda essa conjuntura apresentada é que, após tantos anos sem nenhuma ação tão complexa como a atual adotada pelo governo, sinto-me esperançoso e me vejo obrigado a acreditar que as coisas poderão mudar para melhor no que diz respeito ao cafeicultor brasileiro.

* Presidente do Conselho Nacional do Café (CNC)

UM ACORDO PELA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DA CAFEICULTURA

Carlos Melles*



O processo de ratificação do novo Acordo Internacional do Café (AIC), assinado em 2007, levou o Congresso Nacional e a sociedade brasileira a empreenderem amplo processo de avaliação da Organização Internacional do Café (OIC) e de sua contribuição à cafeicultura mundial.

A análise em curso pelo Congresso brasileiro tem levado em conta os resultados alcançados no âmbito da OIC durante as duas últimas décadas, bem como a capacidade do novo acordo em atender aos anseios da cafeicultura nacional.

O fim das cláusulas econômicas da OIC e do sistema de cotas resultou na liberalização do mercado internacional, aumentando a competição entre exportadores. No caso do Brasil, implantou-se uma política liberal quanto à comercialização externa, mas a suposta liberdade de mercado não gerou os resultados esperados.

Se, de um lado, foram liquidados os estoques reguladores nos países produtores, de outro foram criados novos estoques nos importadores, transferindo a eles o poder de formação de preços, o que acentuou o desequilíbrio entre a oferta pulverizada e a demanda oligopolizada.

Assim, enquanto a participação da matéria-prima no valor do produto final representava, nos anos 80, cerca de 30%, atualmente esta relação é inferior a 15%, chegando, em anos anteriores, a 7%. Longe de resultar na formação de mercado equilibrado, a liberalização acarretou maior concentração de poder econômico e empobrecimento dos produtores.

A comercialização do café a preços abaixo do custo de produção não tem permitido a remuneração da atividade produtiva e a reposição das lavouras, elementos essenciais para a sobrevivência do setor. O descasamento entre os custos de produção e os preços no mercado mundial geraram expressivo endividamento de substancial parcela dos cafeicultores, em especial os pequenos produtores.

O surgimento de mercados de futuros e derivativos do café, apesar de oferecer instrumentos para a proteção cambial, produziu especulação, deprimiu preços e acentuou a volatilidade. Verificou-se, paralelamente, elevação dos custos dos insumos (preço da terra, mão de obra, fertilizantes, etc.).

A desvalorização do dólar dos EUA, no qual são cotados os preços dos produtos, contribuiu ao agravamento da crise do café nos países produtores, gerando deterioração do poder de compra.

Ante a crise da cafeicultura mundial, a colaboração multilateral no âmbito da OIC não tem sido capaz de produzir resultados

consistentes quanto à sustentabilidade econômica da produção global de café. Assim, observa-se crescente frustração por parte dos países produtores no que diz respeito aos benefícios concretos gerados pela organização.

A OIC, com sua longa experiência, tem que avaliar a presente conjuntura do setor cafeeiro e compreender as mudanças que se fazem necessárias, servindo, de fato, aos cafeicultores. A organização deve ter a determinação e a coragem política de enfrentar os reais desafios da economia cafeeira mundial, o que significa não se furtar a discutir o principal tema dos produtores, ou seja, preços remuneradores.

Por meio do AIC 2007, a OIC deve sinalizar uma mudança de rumo quanto à defesa dos reais interesses da cafeicultura mundial e um novo paradigma na colaboração entre países produtores e consumidores. Existe margem, no âmbito do marco jurídico do novo acordo, para o fortalecimento das atividades da organização referentes à sustentabilidade econômica.

A discussão estratégica sobre desenvolvimento do café, do Plano de Ação Estratégico para o Período 2009/2014, e do Programa de Trabalho da Organização para o ano cafeeiro 2009/2010, que teve início na rodada de reuniões da OIC realizada no mês passado, em Londres (ING), constitui a conjuntura ideal à redefinição das prioridades da organização, com maior enfoque em temas econômicos.

Devem ser privilegiados, entre outros, o aumento da participação dos países produtores na cadeia de valor agregado do café, a identificação e a eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias e de práticas que prejudicam a agregação de valor, como a escalada tarifária, bem como a criação de mecanismos de financiamento que permitam aos produtores retomarem o controle do processo de formação de preços.

Assim sendo, discursando em nome da delegação brasileira presente em Londres na rodada de reuniões da OIC, conclamei os governos presentes para empreenderem uma revisão de suas posições quanto ao efetivo apoio à sustentabilidade econômica da cafeicultura mundial, uma vez que a colaboração entre países produtores e consumidores é de fundamental importância para que se possa criar uma agenda efetivamente construtiva, na busca de uma conjuntura favorável para todos que fazem do café sua principal atividade.

Tenho certeza de que o governo brasileiro está pronto para cooperar com os demais países membros da OIC nesse sentido, afinal sabemos que a prosperidade econômica do produtor é o melhor caminho para se chegar à sustentabilidade da cafeicultura mundial, incluindo seus pilares social e ambiental.

* Presidente da Frente Parlamentar do Café na Câmara dos Deputados e da Cooperativa Regional dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso (Cooparaíso)

UM RAIÓ-X DA CAFEICULTURA BRASILEIRA

Paulo André Colucci Kawasaki



Conselho Nacional do Café

Maior e mais importante país produtor de café do mundo, o Brasil apresenta notável diversidade no cinturão cafeeiro, bem como em qualidades e modelos tecnológicos, o que, consequentemente, gera custos de produção bastante díspares. Além disso, o País é o maior exportador e segundo maior consumidor mundial da *commodity*, caminhando a passos largos para assumir a liderança na quantidade de bebida consumida.

O café produziu e distribuiu riquezas ao longo de nossa história, gerando renda, divisas e empregos nos locais onde se instalava. Não à toa, desde o enraizamento da cafeicultura brasileira, no início do período colonial, o café foi um produto associado ao pioneirismo e à inovação, com a cadeia produtiva se caracterizando por elaborar arranjos institucionais eficazes, os quais sempre respondiam aos desafios e obstáculos que emergiam em cada época.

Em 1952, surgiu o Instituto Brasileiro do Café (IBC), entidade criada devido à necessidade de se implementar uma nova lógica de inserção do café na economia nacional, cujo objetivo era definir políticas ao setor, assim como controlar e coordenar sua estratégia em todos os elos da cadeia, desde a produção até a comercialização interna e externa.

Coordenado pelas deliberações do IBC, o setor cafeeiro se reestruturou, obteve grandes avanços e, nas décadas de 50 e 60, passou a exercer um novo papel no desenvolvimento da economia nacional, cabendo-lhe a responsabilidade de arcar com a maior parte das necessidades cambiais do País, já que gerava receita para a compra de bens de capital destinados ao nascimento do processo de industrialização e estruturação do Brasil.

Vislumbrando algo ainda maior, a cadeia produtiva do café, consistente nas políticas internas e ancorada na diplomacia brasileira, inovou ao buscar o apoio de outros países produtores para a instalação de acordos internacionais, ainda na década de 50, criando uma nova estratégia para estabelecer relações de parcerias.

Tal iniciativa, envolvendo todos os países produtores e, em uma segunda chamada, as principais nações consumidoras, resultou, no ano de 1962, na criação da Organização Internacional do Café (OIC).

Essa foi uma experiência inédita no agronegócio mundial e que se sustenta até os dias atuais, buscando a constituição de um mercado mais justo e equilibrado, principalmente no que se refere à defasagem da distribuição das divisas geradas pelo café.

Entretanto, chegou o biênio 1989/1990 e, com ele, a extinção do IBC e o fim das cláusulas econômicas, ou seja, no Brasil se optou por uma maior divisão da pauta exportadora – com os

produtos industrializados surgindo como reflexo do dinheiro do café investido nesse setor – e, mundialmente analisando, o principal foco dos acordos que deram origem à OIC chegava ao fim. Dessa forma, o papel da organização foi se esvaziando, o que abriu espaço para o chamado mercado livre.

A partir desse momento da história, e já sem um órgão regulador interno, a cafeicultura brasileira alternou bons e maus momentos, mas a ausência do governo federal na implantação de políticas públicas específicas para o setor não permitiu o aproveitamento dos momentos benévolos e tampouco a recuperação do setor nas épocas de agravamento financeiro.

Comportamento do mercado internacional *Transferência dos estoques*

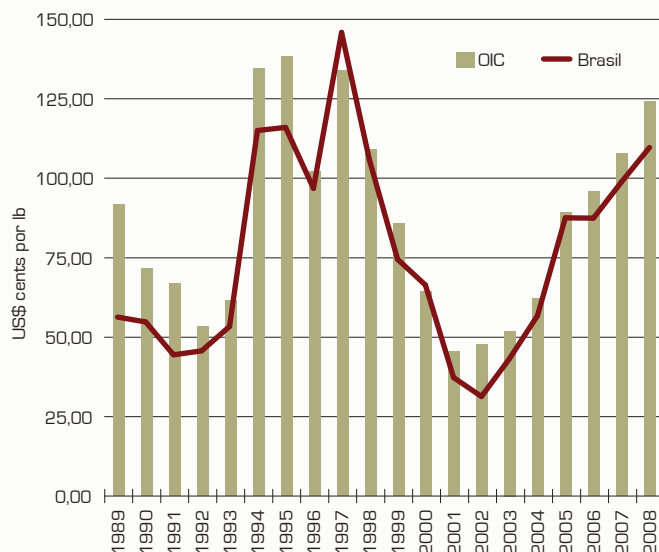
Com a suspensão das cláusulas econômicas do Acordo internacional do Café, em 1989, que buscavam ordenar o fluxo do produto por meio de cotas de exportação e níveis de preço de mercado, garantindo valores remuneradores aos países produtores, o mercado cafeeiro internacional mudou significativamente.

Em um primeiro momento, as nações cafeeiras acreditavam no retorno das cotas e relutavam em ajustar seus procedimentos a essa nova realidade, mantendo, dessa maneira, seus órgãos internos reguladores. O Brasil, que em 1990 elegera diretamente seu primeiro governo democrático, realizou uma profunda reforma administrativa na gestão pública e, como já informado, extinguiu o IBC.

Apesar da não mais existência do instituto, o governo federal manteve os estoques públicos (estratégicos) sob sua administração, evitando a venda desses cafés por anos, o que, certamente, impediu a formação de uma situação ainda mais dramática no que se refere aos preços do mercado.

De outro lado, os demais países produtores deram início a um processo de venda desses estoques para, em parte, compensar a

Preço no Brasil X Preço Composto



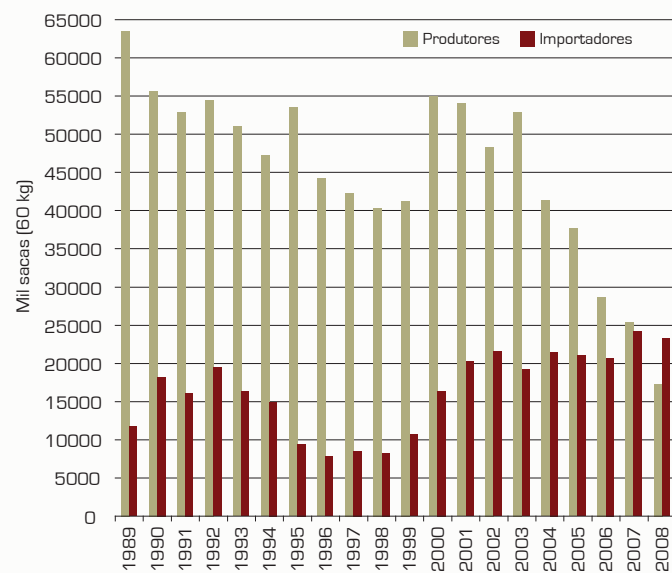
Fonte: OIC

queda nos preços internacionais motivada pela liberalização do mercado cafeeiro.

O Brasil manteve a retenção de seus estoques públicos de café até 1994, ano em que o País alterou sua estratégia para fazer o chamado “choque de oferta”, cuja intenção era frear a disparada dos preços que acontecia no período em função de uma geadada ocorrida nos cafezais brasileiros. Somente naquele ano, o Brasil vendeu aproximadamente 2,5 milhões de um total de cerca de 17,4 milhões de sacas estocadas.

Ainda que tomada com a intenção de mitigar momentos de disparadas ou de desmoroamentos no mercado cafeeiro internacional, a postura de realização dos estoques adotada pelos países produtores foi negativa ao setor, haja vista que novos estoques passaram a ser formados nas nações importadoras, transferindo a elas o poder de formação de preços, o que acentuou o desequilíbrio entre oferta pulverizada e demanda oligopolizada, uma vez que os principais consumidores são países desenvolvidos e que concentram a pequena elite das indústrias torrefadoras mundiais (Nestlé, Kraft Foods, Sara Lee, Folgers, Tchibo e Starbucks).

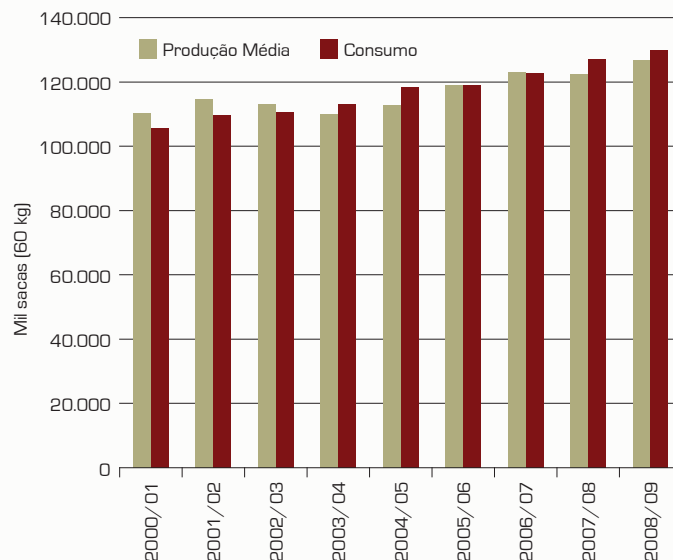
Evolução anual dos estoques em países produtores e importadores



Fonte: OIC

Com base nos gráficos anteriores, que mostram a reversão dos principais armazenadores de café no mundo e a recuperação constante dos preços do café ao longo dos últimos sete anos, não podemos cair na ilusão de que os países importadores não exercem diretamente pressão nas cotações. Isso porque, em 2001, ano em que se iniciou a ascensão dos preços, estes estavam em níveis historicamente pífios, além do fato de que essa recuperação baseou-se, principalmente, no crescimento contínuo do consumo mundial ante uma evolução menor das safras médias globais.

Evolução anual de produção média e consumo mundiais



Fonte: OIC

Comportamento do mercado internacional

Transferência dos lucros

A inversão ocorrida nos detentores dos estoques de café, os quais migraram dos países produtores aos consumidores, gerou um desequilíbrio na distribuição da receita gerada com a comercialização do produto.

Segundo dados da ONG Oxfam, em 1991, ainda sem a influência do fim das cláusulas econômicas e dos reflexos do livre mercado, os países produtores detinham 30% dos US\$ 21 bilhões gerados pelo mercado de café. Dez anos após, esse percentual decresceu a apenas 8%, com os países exportadores recebendo, em 2001, míseros US\$ 5,6 bilhões de um total de US\$ 64,4 bilhões.

De lá para cá, passados mais oito anos, a conjuntura mercadológica não se alterou significativamente, com dados preliminares, apurados pela Frente Parlamentar do Café em ONGs, indicando que o percentual recebido pelos países produtores oscila entre 7% e 15% de uma movimentação total de quase US\$ 100 bilhões.

Comportamento do mercado brasileiro

Câmbio: o maior imposto

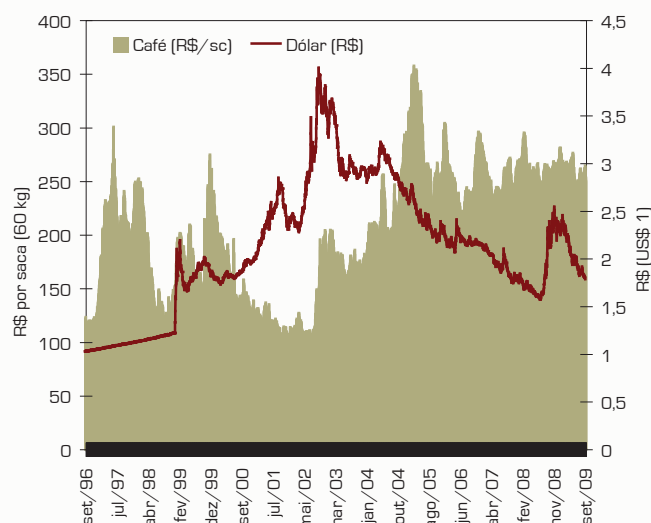
Enquadrado nessa nova situação de livre mercado, o Brasil passou a sofrer com a disparada dos custos de produção e a estabilização dos preços do café no mercado físico, uma vez que, por mais que o mercado internacional apresente cotações mais elevadas, a política cambial interna impossibilita que esses ganhos sejam repassados aos produtores.

Com base em dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Cepea/Esalq), da Universidade de São Paulo (USP), notamos que a variação do dólar diante do real, de meados de

2002 até os dias atuais, percorreu um caminho oposto ao seguido pelos preços do café no mercado físico.

Assim, o cafeicultor, já sem condições de ter reservas financeiras para se planejar em relação à aquisição de insumos, vive situação extremamente negativa, pois tão logo negocia sua safra e honra seus compromissos relativos às linhas de crédito de agentes financeiros, obtendo novos recursos para adquirir os insumos e investir em suas lavouras, eles veem o dólar subir em relação ao real e, consequentemente, seus custos de produção acompanharem essa trajetória. Dessa forma, o câmbio se tornou o “maior imposto” que o produtor paga.

Evolução dos preços do café e do dólar no Brasil



Fonte: Cepea/Esalq

Não bastasse o cenário descrito, é interessante notar que, principalmente após o ano de 2003, toda vez que os preços internos do café apresentaram recuperação, a divisa norte-americana, de outro lado, caía, sendo o fato aliado à disparada dos custos de produção, um dos principais fatores da perda de rentabilidade do cafeicultor brasileiro.

Comportamento do mercado brasileiro

Disparada dos custos de produção

Além dos problemas cambiais, a cafeicultura brasileira viveu e ainda vive com a ascensão desenfreada de seus custos de produção, com os principais insumos e maquinários utilizados na lavoura tendo seu valor elevado em mais de 250% desde 1994, ao passo que o preço da saca de café arábica nacional subiu pouco mais de 20% no mesmo intervalo.

Esses dados são adequados para chegarmos a um verdadeiro raio X da crise da cafeicultura brasileira, pois demonstram o crescimento do preço dos fatores de produção, ao passo que a cotação do café permanece praticamente “tabelada”, o que retirou a rentabilidade do produtor e gerou o acúmulo crescente de dívidas.

Preço dos insumos x preço do café de 1994 a 2009 (últimos 15 anos)

	1994	2006	2009	Aumento [%]
Insumos agrícolas				
Salário Mínimo (R\$)	67,39	350,00	465,00	590,0
Adubo 20-5-20 (t)	180,00	650,00	1.090,00	505,5
Calcário (t)	6,00	6,00	25,50	325,0
KWA Energia Elétrica (R\$)	0,06	0,32	0,28	366,6
Trator Valtra Cafeeiro (R\$, à vista)	18.000	62.000	65.000	261,1
Óleo Diesel (R\$/litro)	0,32	1,85	2,00	525,0
Produtos				
Milho (R\$/saca de 60 kg)	8,00	17,87	22,36	179,5
Arroba do boi (R\$, à vista)	25,60	51,69	80,76	215,5
Leite B (R\$/litro)	0,37	0,55	0,80	116,2
Café Arábica (R\$/saca de 60 kg)	200,00	249,76	248,60	24,3
Valor da saca de café se corrigido pela média dos salários e insumos (R\$)			1.314,84	428,9
Valor da saca de café se corrigido pela média dos produtos (R\$)			672,20	170,4

Fonte dos dados: SRB, MTE, Cepea/Esalq

Para se ter uma idéia dessa defasagem, caso corrigido pelo crescimento percentual médio ocorrido nos valores de salários e insumos (+428,9%), a saca de café deveria ser cotada, atualmente, a R\$ 1.314,84. Já se corrigida pelo crescimento dos demais produtos (170,4%), a saca de café chegaria a R\$ 672,20.

Além disso, não podemos esquecer que o cafeicultor brasileiro, mesmo sendo o mais competente e detentor das melhores qualidade e produtividade mundiais, sofre ainda com a legislação mais severa do planeta, tanto a trabalhista quanto a ambiental, fato que aumenta ainda mais seus gastos para produzir dentro dos padrões exigidos.

Em situações como esta, o governo deveria interferir positivamente, adotando medidas que apresentem ao mercado um patamar mínimo justo de preço a ser pago pelo produto. Infelizmente, o que se viu foi o oposto.

Desde a safra 2001/02, quando o café foi incluído na Política de Garantia de Preços Mínimos, as cotações estipuladas para o produto ficaram sempre muito aquém da realidade de mercado e dos custos de produção. Assim, se desfez a ideologia de um preço mínimo de garantia, o qual deveria, dentro de livre competitividade, expressar um patamar que possibilite que a mercadoria não seja comercializada abaixo dos níveis financeiros gastos para ser produzida.

Evolução dos preços mínimos para café

Safras	Arábica	Robusta	Decretos / Votos
2008/09	R\$ 261,69*	R\$ 156,57	Voto CMN – 30/04/2009
2007/08	R\$ 211,75	R\$ 124,40	6.557 – 08/09/2008
2006/07	R\$ 157,00	R\$ 89,00	6.078 – 10/04/2007
2005/06	R\$ 157,00	R\$ 89,00	5.838 – 10/07/2006
2004/05	R\$ 157,00	R\$ 89,00	5.494 – 20/07/2005
2003/04	R\$ 157,00	R\$ 89,00	5.071 – 07/05/2004
2002/03	R\$ 157,00	R\$ 89,00	4.783 – 17/07/2003
2001/02	R\$ 113,00	R\$ 64,00	4.325 – 07/08/2002

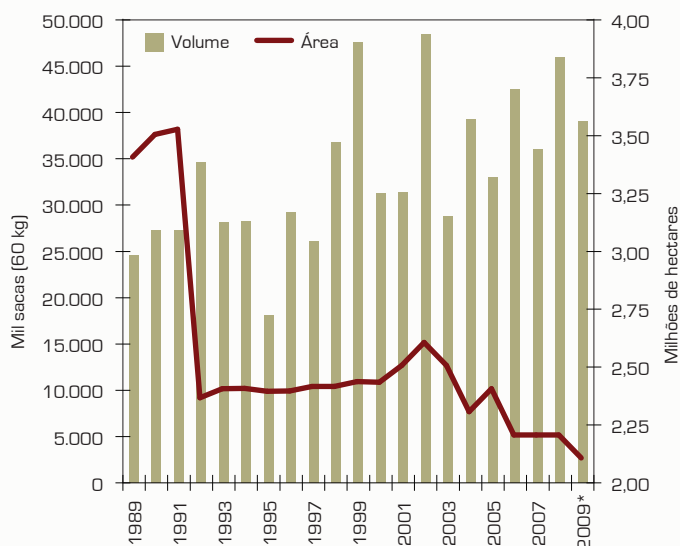
* Arábica tipo 6, bebida dura p/ melhor, até 86 defeitos, peneira 13 acima e umidade de até 12,5%
 Arábica tipo 6, bebida dura p/ melhor, até 86 defeitos, peneira 14 acima e umidade de até 12,5%
 Robusta tipo 7, até 150 defeitos, peneira 13 acima e teor de umidade de até 12,5%

Comportamento do mercado brasileiro

Competência do produtor do Brasil

Apesar de todos os empecilhos expostos, o produtor nacional de café mantém sua responsabilidade com a sustentabilidade em seus três aspectos – social, ambiental e econômico – e praticamente dobrou a produtividade, elevando a produção sem ampliar a área destinada à cultura. Isso só foi possível devido às linhas de financiamentos disponibilizadas pelos diversos agentes financeiros que trabalham com os recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

Evolução da área e das safras no Brasil



Fonte: USDA e Conab

Entretanto, esse fator, atualmente, passa a ser desconsiderado, uma vez que a incongruência existente entre preços e custos inviabilizou que o produtor honrasse seus compromissos com os

agentes financeiros, retirando-lhes, portanto, o acesso ao crédito. Assim, o produtor, irônica e infelizmente, deixa de ter direito aos recursos de um fundo que foi constituído por sua própria contribuição.

Descaso com o café – Brasil

Governança do Funcafé

Pressionada pelas entidades representantes de classe, como o Conselho Nacional do Café e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Câmara dos Deputados instituiu, em dezembro de 1995, uma Comissão Especial para debater a gestão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, com o objetivo de adaptá-lo aos novos tempos da economia e da cafeicultura mundiais. O fruto desse trabalho, liderado no Congresso pelos deputados federais Carlos Melles e Silas Brasileiro, resultou, em outubro de 1996, na criação do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC).

Definiu-se que o conselho seria composto por representantes do setor privado e do governo federal, sendo uma instância para diálogo democrático e deliberativo sobre o agronegócio café. Os primeiros trabalhos realizados pelos titulares do CDPC foram pró-ativos, implicando a elaboração de planos de safra que utilizam recursos do Funcafé para o financiamento de custeio, colheita e comercialização. Com o passar do tempo, novas linhas foram criadas para “subsidiar” o produtor, como as de investimento em pesquisa e *marketing* e as especiais para recuperação de cafeais afetados por chuvas de granizo e para liquidação de dívidas vinculadas às Cédulas de Produto Rural (CPRs).

Lamentavelmente, à medida que foram adotadas essas medidas pelo CDPC, o governo se esqueceu de cuidar do café em função da pouca representatividade econômica que ganhara na pauta exportadora. Assim, o setor produtor mergulhou em empréstimos sucessivos para manter a atividade, sendo esse o fator do aumento da produtividade e da adoção da sustentabilidade em seus três pilares.

Passaram-se mais de dez anos nos quais o produtor comercializa seu café abaixo dos custos de produção, o que reflete o abandono e a inexistência de políticas públicas ao setor. Essa situação desencadeou uma inadimplência considerável nos pagamentos das linhas de financiamentos do Funcafé criadas pelo CDPC e, conseqüentemente, impossibilita que o produtor se capitalize, com novos créditos, para continuar investindo nas lavouras e manter a competitividade da cafeicultura brasileira no mundo.

S.O.S. Café

Insatisfeitos como cenário atual e quase em situação de insolvência, os cafeicultores brasileiros se mobilizaram. O primeiro ato foi a realização de uma audiência pública, solicitada pelo deputado Carlos Melles, presidente da Frente Parlamentar do Café na Câmara dos Deputados, que debateu a situação econômica do produtor e aprovou propostas elaboradas pelo CNC e pela

CNA para tentarem sanar o crônico endividamento e a falta de renda na atividade.

Passados quase quatro meses da audiência, o governo federal não tomou posição em relação à situação do café, não adotando nada do proposto pelas lideranças. Como reflexo, o setor produtor voltou a se organizar e, liderado pelo Conselho Nacional do Café, juntou mais de 25 mil pessoas, no dia 16 de março, em Varginha (sul de MG), no Movimento S.O.S. Cafeicultura – Marcha pelo Café, manifestação pacífica e ordeira que uniu toda a sociedade na defesa do setor produtor da cafeicultura.

Esse apoio se justifica pelo fato de o café ser a principal fonte de emprego e renda nos aproximadamente 1.900 municípios em que é cultivado. Assim, com o produtor descapitalizado, tanto o comércio quanto a indústria locais sentem esse reflexo e o empobrecimento dessas localidades se torna iminente.

Ao término da Marcha pelo Café, foi elaborada a *Carta de Varginha*, na qual lideranças de classe e da sociedade, senadores, deputados estaduais e federais endossaram os pleitos aprovados na audiência pública de dezembro de 2008, que têm como pilar de sustentação a geração de renda e a consequente saída do endividamento.

A proposta base foi assim definida: “conversão de toda a dívida do segmento produtor da cafeicultura nacional, consideradas as operações adimplentes e inadimplentes do Funcafé e das demais fontes de crédito rural, consolidadas em 31 de dezembro de 2009, em produto físico – sacas de 60 kg de café –, pelo preço referencial de R\$ 320,00, ao longo de 20 anos, de modo que sejam quitados 5% ao ano.

O governo federal sentiu o peso do setor produtor, que realizou mais duas audiências públicas na Câmara dos Deputados, uma para debater o endividamento agrícola nacional e outra para discutir a governança do Funcafé. Além disso, as áreas

econômica e de planejamento do governo passaram a entender melhor a situação vivida pelos produtores e, em conjunto com o Ministério da Agricultura, adotou medidas iniciais, atendendo parcialmente aos pedidos dos cafeicultores (veja detalhes na matéria *Governo teve ação positiva, mas cafeicultura precisa de mais*, nesta edição de *Agroanalysis*).

O novo despertar do gigante

Brasil disposto a implantar política programática para o café

Em setembro deste ano, ao longo da última rodada de reuniões da Organização Internacional do Café, em Londres (ING), o governo brasileiro, representado pelos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Agricultura, por parlamentares da Câmara Federal, e também pelo Itamaraty, retomou velhos costumes, assim como ocorrido nas décadas de 50 e 60, e expôs sua intenção de implantar políticas consistentes para a cafeicultura nos cenários interno e externo.

A missão brasileira esclareceu a sua intenção de reassumir a liderança e a responsabilidade pela cafeicultura mundial ao expor sua nova prioridade, que é a de introduzir uma agenda de ações de sustentabilidade econômica na cafeicultura mundial, uma vez que sustentabilidades ambiental e social só se tornam realidades com a estabilidade financeira dos produtores. Essa postura recebeu apoio dos demais países cafeicultores do mundo.

A conclusão desse material está diretamente ligada ao atendimento integral dos pleitos do setor produtor, que estão expostos na matéria *Governo teve ação positiva, mas cafeicultura precisa de mais*, e seguem os passos do ilustre escritor carioca Machado de Assis no livro *Dom Casmurro*. Ou seja, finalizamos voltando ao começo, na expectativa de que o governo federal e a Organização Internacional do Café retomem a postura de verdadeiras lideranças sobre a cafeicultura e deliberem sobre trabalhos e ações que foquem a geração de renda aos produtores e, consequentemente, a todos os elos da cadeia produtiva.



GOVERNO TEVE AÇÃO POSITIVA, MAS CAFEICULTURA PRECISA DE MAIS

“O governo federal começou a entender a crítica situação financeira vivida pela cafeicultura brasileira, mais especificamente no que se refere ao setor produtor, e deu início a uma série de ações que tem o objetivo de tentar sanar o endividamento, à medida que passem a gerar renda aos produtores”. Essa é a análise da conjuntura política atual que faz o presidente do Conselho Nacional do Café (CNC), Gilson Ximenes.

Segundo ele, quem é “do ramo” está mais do que ciente dos fatores que ocasionaram o endividamento e o acúmulo de dívidas do setor. “Ninguém duvida que foi a inexistência de uma política específica para o cafeicultor, que gerasse renda, que ocasionou toda essa situação. O bom é que, agora, passando a ter ciência disso [*desencadeamento e evolução da crise econômica*], o governo dá sinais de que deve atuar para salvar nossa cafeicultura”, destaca.

Até o fechamento desta edição de *Agroanalysis*, a atual equipe do governo federal responsável pela cadeia do agronegócio café tomou várias iniciativas focando melhorias à cafeicultura. “Não questionamos o fato de que o governo, principalmente no que se refere ao Ministério da Agricultura, vem tentando solucionar nossos problemas financeiros, mas as medidas adotadas até o presente momento são paliativas, servindo apenas para dar um alívio imediato, e não a solução definitiva”, pondera Ximenes, recordando que as ações implantadas pelo governo ficaram muito aquém dos pleitos do setor.

Para melhor entender a situação descrita, o Conselho Nacional do Café elaborou, por meio de sua assessoria, um quadro comparativo entre as propostas do setor e as ações adotadas. Além disso, o CNC fez suas considerações a respeito de cada ponto. Veja, nas páginas seguintes, este comparativo.

Analisando o paralelo traçado pelo conselho, o presidente da entidade explica que, apesar das medidas terem ficado aquém das solicitações do setor, elas compõem o primeiro passo de uma caminhada rumo à recuperação da cafeicultura nacional. “Isso porque tendem a dar liquidez ao cafeicultor e gerar sustentação aos preços, principalmente quando tiver início a aquisição direta por parte do governo. Essa medida deve retirar até 10 milhões de sacas do mercado para o início da recomposição dos estoques públicos”, salienta Ximenes.

No entanto, ele anota que as negociações com o governo não acabaram, pois o setor necessita de muito mais ações pró-ativas para seu ressurgimento econômico. “Inicialmente, vamos trabalhar para fazer com que o pagamento dos 20% das linhas de Custeio e Colheita, previsto para este ano, seja transferido para 2010, de forma que a amortização das quatro parcelas restantes tenha início em 2011”, explica. Ximenes completa que “essa medida se faz necessária porque os produtores estão sem condições financeiras para quitar o montante referente aos 20%”.



“Medidas são boas, mas paliativas. O café necessita de mais apoio”

O presidente do CNC defende a continuidade das negociações para que a íntegra dos pleitos do setor produtor seja colocada em prática. “Somente assim podemos vislumbrar um futuro promissor e positivo para essa atividade praticamente tricentenária que, entre outros fatores, ajudou a estruturar o Brasil e ainda hoje é a que mais gera emprego no meio agrícola, disponibilizando mais de 8 milhões de postos de trabalho no campo ao ano”, menciona.

E é destacando a importância social da cafeicultura nos cerca de 1.900 municípios onde é a principal fonte de renda e geração de empregos que o presidente do CNC deixa um recado direto à política governamental atual. “Sabemos que nosso governo prioriza a questão social e tem muita razão nisso, portanto mantemos a esperança de que os responsáveis pela política cafeeira no Brasil, incluindo o presidente Lula, sejam lúcidos e colaborem para a manutenção dessas milhões de pessoas na atividade cafeeira”, finalizou.

CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ – CNC

PROPOSTA PADRÃO DO SETOR PRODUTOR – SOS CAFÉ

1. ELEVAÇÃO DO PREÇO MÍNIMO DE GARANTIA

- **Pleitos do setor** R\$ 320,00 para a saca de café arábica tipo 6, principalmente considerando a disparada dos custos de produção.
- **Medidas governamentais** Ampliação de R\$ 211,75 para R\$ 261,69.
- **Considerações do CNC** O valor do preço mínimo, apesar de reajustado para R\$ 261,69, mostra-se insuficiente frente ao custo de produção atual, que, em média, é 22% superior. Contestamos esse valor, criticando a Conab pelo fato de ter chegado a ele por meio de um levantamento embasado em um “padrão modal”, que apontou uma produtividade média de 30 sacas/ha, ao passo que a própria Conab estima uma produtividade média de 18,55 sacas/ha em sua terceira estimativa à safra atual brasileira.

2. PROGRAMA DE OPÇÕES PÚBLICAS DE CAFÉ

- **Pleitos do setor** Oferta de contratos referentes a 3 milhões de sacas de 60 kg de café arábica tipo 6/7 – peneira 14 acima, até 10% de vazamento e 12,5% de umidade –, com o vencimento da entrega ocorrendo todo em 2009, a um preço de exercício de R\$ 320,00. Aporte orçamentário de R\$ 1 bilhão.
- **Medidas governamentais** Realização de 4 (quatro) leilões, com oferta de 3 milhões de sacas e vencimentos em novembro de 2009 e janeiro, fevereiro e março de 2010, a preços de exercício de, respectivamente, R\$ 303,50, R\$ 309,00, R\$ 311,70 e R\$ 314,40. Qualidade: café arábica tipo 6, bebida dura para melhor, 86 defeitos, peneiras 14 acima (após solicitação de alteração do setor, uma vez que inicialmente havia sido determinada peneira 13), admitido até 10% de vazamento e 12,5% de umidade.
- **Considerações do CNC** O setor de produção pleiteou o volume de 3 milhões de sacas, mas ao exercício de R\$ 320,00, para cafés tipo 6/7 e não tipo 6, conforme concretizado no programa, com o exercício previsto todo para este ano de 2009, ao contrário do que foi oficializado pelo governo, com a maior parte do exercício se dando em 2010. Qualidade: salientamos que, como foi exigido o tipo 6 com o máximo de 86 defeitos, há a necessidade de processamento para adequação de qualidade, pois o café vindo da lavoura dificilmente apresenta estas características, classificando-se, na maioria, como tipo 6/7. Considerando isso, houve um custo adicional para adequação à qualidade solicitada pelo governo, o qual totaliza cerca de R\$ 8,20, sendo R\$ 2,60 referentes ao rebenefício para enquadramento do lote na qualidade sugerida pelo governo, R\$ 5,00 à diferença de qualidade entre os cafés tipo 6 e tipo 6/7 e R\$ 0,60 à quebra técnica, sendo 0,2% de perda em peso no rebenefício.

3. RECOMPOSIÇÃO DOS ESTOQUES GOVERNAMENTAIS DE CAFÉ

- **Pleitos do setor** Possibilidade de conversão de toda a dívida financeira (Funcafé e demais linhas do Crédito Rural) em produto físico, também ao valor de referência de R\$ 320,00, conforme proposta padrão supramencionada.
- **Medidas governamentais** O governo acredita que a recomposição pode ser efetuada quando do possível exercício dos contratos de opção de venda à Conab, cujos preços de exercício ficaram aquém do esperado pelo setor, com exceção aos vencimentos relativos a março de 2010 – época em que provavelmente o produtor não terá mais café para a entrega –, e ampliados com o recebimento em produto das dívidas das linhas de financiamento Funcafé – Dação em Pagamento

(Alongamento) e Estocagem pela União. O governo também anunciou a aplicação de R\$ 300 milhões diretamente na aquisição de café. O *modus operandi* será semelhante ao do AGF (capital do Tesouro Nacional), porém com recursos originários do Funcafé. Cada produtor poderá participar com até 1.000 sacas de 60 kg dos cafés arábica tipo 6, bebida dura para melhor; e tipo 7 bebidas dura, riada e rio, com os valores, por saca, situando-se em R\$ R\$ 261,69 (mínimo), R\$ 254,01, R\$ 240,16 e R\$ 213,16, respectivamente. No ato da compra, o governo acrescentará aos preços mencionados o reembolso do INSS e da sacaria, o que deve gerar um incremento em torno de R\$ 15,00 por saca.

- **Considerações do CNC** O programa de opções não deve ter como objetivo a recomposição de estoques por parte do governo, mas, sim, a sustentação de preços no mercado. A recomposição dos estoques públicos é considerada fundamental pelo setor produtor para que o País não perca seu *market share* e não sofra desabastecimento em caso de sinistros climáticos, como seca ou geadas. Contudo, com o preço mínimo (R\$ 261,69) tendo sido fixado em níveis bem inferiores aos custos de produção, provavelmente nenhum produtor pagará suas dívidas das linhas Funcafé – Dação em Pagamento e Estocagem com o produto, não havendo, portanto, recomposição alguma. Além disso, necessitamos que a conversão seja autorizada a todas as linhas de financiamento destinadas à cafeicultura e não apenas às duas atendidas.

4. RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS

4.1. Operações do Funcafé – Dação em Pagamento (Alongamento)

- **Pleitos do setor** Proposta padrão
- **Medidas governamentais** Operações com risco da União, renegociadas em 2002 e que representam cerca de R\$ 1,2 bilhão. A Lei 11.775/2008 concedeu prazo adicional até 2020 ao pagamento, com redução da taxa de juros para 3,75% a.a. Para todos os devedores (adimplentes e inadimplentes – desde que tenham quitado 5% do saldo inadimplente até 30/06/2009), foi exigida apenas a parcela de 2009 (a de 2008 foi incorporada nas prestações futuras). Foram concedidos descontos de 7% a 25% do saldo devedor para liquidação da operação entre 2008 e 2010. O prazo ao pagamento da prestação de 2009 foi ampliado a 30/12/2009. Além disso, foi permitido o pagamento das parcelas em produto, considerando a divisão do valor de cada parcela pelo preço mínimo vigente na data de pagamento.
- **Considerações do CNC** A reivindicação do setor para esta linha era de mais 20 anos, conforme a proposta padrão, com o prazo sendo estendido até 2028. Quanto à parcela de 2008 ter sido incorporada nas prestações futuras, a autorização se deu após o vencimento, quando grande parte dos produtores já havia pagado, na maioria dos casos, com recursos levantados nos bancos (“mascarando” o endividamento) a taxas de operações de crédito ao consumidor. Mesmo quem não pagou, está até hoje com o cadastro em situação de inadimplência junto ao Banco do Brasil.

4.2. Operações de Custeio e Colheita de Café

- **Pleitos do setor** Proposta padrão
- **Medidas governamentais** Operações realizadas por diversos agentes financeiros, com risco integral dos mesmos. O saldo devedor, em 31/12/2008, era de R\$ 826 milhões. O governo permitiu a renegociação das operações de Custeio e Colheita, contratadas a partir de junho de 2007, vencidas entre 01/12/2008 e 31/03/2009, de forma que pelo menos o mínimo de 20% do saldo devedor fosse quitado até a data de

PROPOSTA: Conversão de toda a dívida do segmento produtor da cafeicultura nacional, consideradas as operações adimplentes e inadimplentes do Funcafé e das demais fontes do Crédito Rural, consolidadas em 31 de dezembro de 2009, em produto físico – sacas de 60 kg de café –, pelo preço referencial de R\$ 320,00, ao longo de 20 anos, de forma que sejam quitados 5% ao ano.

vencimento (31/03/2009), distribuindo o saldo remanescente em até quatro parcelas anuais, a juros de 7,5% a.a., com o vencimento da primeira em 2010, no período de obtenção de maior renda pelo produtor. Contudo, a Resolução 3.785, de 16/09/2009 autorizou que os mutuários que se encontrem inadimplentes por não terem efetuado o reescalonamento dessas dívidas até 31/03/2009, poderão fazê-lo até 31/10/2009, mantendo as demais condições supracitadas.

Safra 2008/09: o governo permitiu a renegociação das operações de Custeio e Colheita, contratadas com recursos do Funcafé, vencidas e vincendas entre 16/09/2009 e 31/03/2010 – desde que comprovada a incapacidade de pagamento do mutuário, com base no item 9 da seção 6 do capítulo 2 do *Manual do Crédito Rural*, e que o mesmo manifeste o interesse em efetuar o reescalonamento até a data de vencimento da operação –, de maneira que pelo menos o mínimo de 20% do saldo devedor seja quitado até a data de vencimento originalmente pactuada, distribuindo o saldo remanescente em até quatro parcelas anuais, iguais e sucessivas, com o vencimento da primeira parcela em até 12 (doze) meses a partir da data de pagamento da amortização mínima (20%) prevista.

• **Considerações do CNC** Para ambos os casos, o setor produtor reivindica o prazo de 20 anos, com 1 (um) ano de carência para o pagamento da amortização mínima de 20% e taxas de juros anuais de 3%. Nas duas situações, foi autorizado o parcelamento por 4 (quatro) anos, com amortização de 20% no mês de março, portanto antes do período de obtenção de receitas pelos mutuários. Além disso, foram mantidas as taxas de juros, atualmente fixadas em 7,5% – acima das taxas de operações de crédito rural (6,75% ao ano).

4.3. Operações de Estocagem de Café

• **Pleitos do setor** Conversão das operações de Estocagem em Custeio – com a liberação dos cafés depositados em garantia –, possibilitando que as mesmas passem a ter o mesmo atendimento que sugerimos em nossa proposta padrão.

• **Medidas governamentais** Produto dado como garantia, sendo que, na data do vencimento, o produtor pode prorrogar até 50% do valor financiado por mais até 360 dias. Foram liberados, até 31/12/2008, R\$ 850 milhões, sendo que haviam outros R\$ 195 milhões contratados por industriais via FAC.

Em dezembro de 2008, o governo ampliou o limite de financiamento do FAC de R\$ 10 milhões para R\$ 15 milhões por empresa, elevando, em março deste ano, para R\$ 20 milhões; permitiu-se a prorrogação de até 100% do valor do crédito de estocagem da safra 2007/2008 com vencimento até 30/04/2009, concedendo prazo adicional de mais 360 dias; Além disso, em janeiro de 2009, o CMN flexibilizou a exigência do pagamento de 50% do crédito de estocagem da safra 2008/09, previsto para 30/04/2009, prorrogando-o a 30/04/2010.

O governo autorizou a conversão, em sacas de café, da linha de financiamento de Estocagem do Funcafé da safra 2008/2009. Assim, esta linha se junta à Funcafé – Dação em Pagamento (Alongamento). Em ambos os casos, o cafeicultor poderá quitar suas parcelas com o produto e o valor da conversão terá como base o preço mínimo vigente de R\$ 261,69;

• **Considerações do CNC** Foram atendidos somente os pleitos das indústrias. Para este setor, que não atravessa crise, tampouco tem problemas de solvência e não está sujeito a riscos climáticos, além de ter em seu poder o processo de formação de preços, foram concedidos benefícios, tais como a possibilidade da troca da garantia do produto por

duplicatas representativas a supostas vendas do produto e ampliação do limite por empresa para R\$ 20 milhões. Aos produtores, este limite é de R\$ 750 mil – somadas as demais operações de crédito rural – e não lhes foi permitida a troca da garantia, não havendo, dessa forma, isonomia em relação às condições dadas aos industriais.

Com o preço para os cafés arábicas tipo 6, bebida dura para melhor, tendo sido fixados em níveis bem inferiores aos custos de produção, provavelmente poucos produtores converterão suas dívidas financeiras da linha de Estocagem – tal qual deve ocorrer com a Dação em Pagamento – em sacas de café.

4.4. Linha para recuperação dos cafezais afetados por granizo

• **Pleitos do setor** Criação de linha especial de crédito para possibilitar a recuperação dos cafezais afetados por chuvas de granizo em 2008.

• **Medidas governamentais** Foi criada uma linha especial de crédito, de até R\$ 90 milhões e com até 6 (seis) anos para o pagamento e taxa de juros de 7,5% ao ano, com recursos do Funcafé, para o financiamento de produtores de café que tiveram perdas decorrentes da chuva de granizo, ocorridas ou que vierem a ocorrer entre 1º de julho de 2008 e 30 de setembro de 2009, em, no mínimo, 10% da área de suas lavouras cafeeiras.

• **Considerações do CNC** O prazo de contratação dos recursos desta linha expirará em 30 de setembro de 2009 e o notório é que muito pouco do liberado foi repassado para os produtores pelos agentes financeiros. Assim, os cafeicultores, que tiveram enormes prejuízos com as chuvas de granizo, ainda tiveram que arcar com gastos relacionados à elaboração de laudos técnicos e às despesas de registros de contratos. Apesar de prorrogados os prazos para contratação desde o final do mês de abril, poucos produtores foram atendidos até o presente momento, quando já se passa mais de 1 (um) ano das ocorrências dos sinistros climáticos.

4.5. Linha para liquidação das dívidas vinculadas às CPRs

• **Pleitos do setor** Criação de linha especial de crédito, com recursos do Funcafé, para quitar as dívidas vencidas e vincendas com CPRs (Cédulas de Produto Rural).

• **Medidas governamentais** Para permitir a renegociação das dívidas de CPR (Cédula de Produto Rural), foi criada uma linha especial de crédito, com recursos do Funcafé, de até R\$ 300 milhões, sendo liberados, pelo governo, R\$ 100 milhões inicialmente. A medida vale para as CPRs de 2008 prorrogadas para 2009 e as de 2009 vencidas até 16/09/2009. O financiamento, com recursos também oriundos do Funcafé, terá prazo de quatro anos e juros de 6,75% a. a.

• **Considerações do CNC** Apesar de ter sido autorizada, inicialmente, a liberação de R\$ 100 milhões, e da enorme demanda ocorrida, até outubro de 2009 haviam sido liberados cerca de R\$ 50 milhões. O prazo vigente para contratação expirou no dia 30 de setembro de 2009 e, até o fechamento desta edição da Revista *Agroanalysis*, não havia sido publicada uma medida provisória para a retomada desta linha, conforme se comprometeu o governo federal.

4.6. Recursos Obrigatórios, Recursos Livres e demais fontes do Crédito Rural

• **Pleitos do setor** Atendimento da proposta padrão, com o governo negociando junto aos bancos a viabilidade do pleito.

• **Medidas governamentais** Não contemplado.

• **Considerações do CNC** São extremamente necessários o apoio e a intervenção do governo federal nos agentes financeiros do setor privado para que o grande volume de cafeicultores que tem dívidas vinculadas às linhas de financiamento com R.O., R.L. e demais fontes do Crédito Rural possam permanecer na atividade, pensando em 'sair do vermelho' e vislumbrar rentabilidade. Caso isso não ocorra, a tendência é que caminhem à insolvência.

4.7. Taxa de juros do Funcafé

• **Pleitos do setor** Redução dos juros aplicados sobre as contratações com recursos do Funcafé a níveis que possibilitem uma menor pressão sobre os produtores. O nível de 5% foi sugerido.

• **Medidas governamentais** Redução da taxa de juros do Funcafé de 7,5% para 6,75% a. a. para todas as linhas de financiamento em curso e às novas operações. A medida se tornou válida em 1º de outubro de 2009.

• **Considerações do CNC** Consideramos positiva a iniciativa da redução da taxa de juros com operações do Funcafé, mas ainda defendemos taxas menores, reiterando o nível de, no máximo, 5% ao ano.

4.8. Cooperativas de Crédito

• **Pleitos do setor** O setor defendeu o pleito das Creds para a criação de uma linha de crédito para que essas cooperativas possam refinanceiar as dívidas de produtores de café, desde que a repactuação seja realizada conforme os moldes de nossa proposta padrão.

• **Medidas governamentais** Criação de uma linha de crédito de R\$ 100 milhões, com recursos do Funcafé, para as Creds refinancearem as dívidas de produtores que comprovarem incapacidade de pagamento. O financiamento será concedido com juros de 6,75% ao ano e os produtores terão quatro anos para quitar as parcelas. Cada cafeicultor poderá financiar até R\$ 200 mil, desde que não seja ultrapassado o limite de R\$ 10 milhões por cooperativa de crédito.

• **Considerações do CNC** Também foi positivo o atendimento parcial do pleito das cooperativas de crédito, porém necessitamos que sejam dados prazo e limite maiores para os produtores quitarem suas parcelas.

4.9. Cafeicultores e o Pronaf

• **Pleitos do setor** Revisão das 'regras' do Pronaf para o enquadramento do maior número possível de cafeicultores, uma vez que, mesmo esses sendo pequenos produtores, muitos não são considerados agricultores familiares e ficam de fora do grupo de contemplados pelas linhas do Pronaf devido ao uso intensivo de mão de obra.

• **Medidas governamentais** Foi permitido um rebate de 50% da renda obtida com café para o enquadramento no Pronaf, permitindo que mais cafeicultores sejam beneficiados com as ações do Pronaf; Incluiu-se o café no Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – PGPAF;

Foi incluído o café entre as atividades financiadas pelo Pronaf Mais Alimentos, permitindo o acesso a financiamentos de até R\$ 100 mil, com juros de 2% ao ano.

• **Considerações do CNC** Poucos produtores têm sido atendidos pelo Pronaf, já que, devido às suas características, mesmo pequenos produtores de café fazem uso intensivo de mão-de-obra, contratada, especialmente, na colheita do café, não se enquadrando, na maioria dos casos, às regras do programa. Dos 370 mil produtores de café no Brasil, 90% são pequenos, contudo menos de 10 mil têm operações do Pronaf, ou seja, menos de 3% do total.

5. PONDERAÇÕES DO SETOR

Concluindo, a produção espera que o governo federal atenda a suas reivindicações para transformação da dívida total do setor (com agentes financeiros públicos e privados) em produto, pelo prazo de 20 anos, ao valor de R\$ 320,00 por saca de café, o qual está em linha com os custos apurados pelos produtores.

Espera, ainda, que os instrumentos de política agrícola, como os Leilões de Opções e o Pepro, sejam utilizados constantemente, a fim de balizar as cotações em níveis que proporcionem minimamente a continuidade da cafeicultura no Brasil. Além disso, solicitamos que esses programas atendam aos parâmetros de preço e padrões mais próximos aos efetivamente produzidos pelos cafeicultores brasileiros (cafés tipo 6/7 ou tipo 7), diferente do ocorrido com os Leilões de Opções deste ano.

6. QUESTÕES ADICIONAIS A SEREM CONSIDERADAS

6.1. Organização Internacional do Café (OIC)

6.1.1. Participação brasileira

Participação brasileira: desde o fim das cláusulas de regulação de mercado (em 1989, na OIC), a Organização tem buscado novo sentido para suas atividades, situação que, em maior ou menor grau, se reproduz em outras organizações internacionais de produtos de base, como a Oicacau e a Oiaçucar. Países importadores têm buscado desviar o foco dessas instituições para tratar de temas como sustentabilidade e certificação de qualidade, com base na imposição de padrões ambientais e trabalhistas nos métodos de produção.

Para os países exportadores, o fim da intervenção direta no mercado internacional de café, por meio do sistema de quotas, não significa que devam ser abandonados os temas de teor econômico. Como maior produtor e exportador mundial de café, além de segundo maior consumidor mundial do produto (o País deverá, em breve, alcançar também a posição de maior consumidor mundial), o Brasil faz jus a posição de destaque na OIC. Nesse contexto, poder-se-ia estudar a possibilidade de empreender esforços a fim de reconduzir um brasileiro à direção da OIC.

Faz-se necessária, ainda, uma reflexão sobre como o Brasil e os demais países produtores poderiam enfatizar a busca por remuneração justa e equitativa aos cafeicultores, bem como maior participação dos países em desenvolvimento nos benefícios e lucros do setor, sobretudo por meio do aumento do valor agregado de seus produtos.

O Brasil vem insistindo na manutenção de temas como escalada tarifária e barreiras ao comércio de café industrializado na agenda da Organização e deve incrementar sua atuação nesse sentido. Cabe recordar que, após a assinatura do Acordo Internacional do Café de 2007 (o AIC 2007 ainda não entrou em vigor, o que só acontecerá após sua ratificação pelo Brasil, devido ao número significativo de votos do País, entre os produtores), serão discutidos, nas próximas reuniões da OIC, os termos de referência dos comitês, além de documentos como o plano de ação estratégica, que deverá pautar as atividades da Organização até 2014.

Nesse sentido, a Frente Parlamentar do Café solicita ao governo brasileiro que peça à OIC extensão do prazo para depósito do instrumento de ratificação do AIC 2007 (o prazo expira em 25 de setembro de 2009) a fim de que possa ser realizada, internamente, reflexão sobre a matéria, por meio de uma audiência pública.

GESTÃO DE CUSTOS PARA TOMADAS DE DECISÕES

Breno Mesquita*



Wenderson Araújo

O Brasil é o maior produtor, exportador e o segundo maior consumidor mundial de café. O País tem aumentado consecutivamente suas exportações no período de 2001 a 2008 e, consequentemente, sua participação no mercado internacional, fechando o último ano com um faturamento de US\$ 4,6 bilhões. Entretanto, apesar da forte competitividade, a cafeicultura brasileira, que passou por crises sucessivas, vem sofrendo atualmente seus efeitos acumulativos, com os preços recebidos pelos produtores ficando muito aquém dos elevados custos de produção.

Em relação aos preços do café nos mercados nacional e internacional, é importante observar que os valores das *commodities* não oscilam apenas em função da relação entre oferta e demanda, mas também de outros fatores, como os especulativos, cambiais e climáticos. Além disso, vale considerar que, no mercado brasileiro, o preço não acompanha o crescimento do mercado internacional. Tanto que, entre janeiro e setembro deste ano, o mercado físico de café arábica manteve-se praticamente estável, enquanto o internacional teve um crescimento de 7,4%, fato que se explica, em parte, pela desvalorização do dólar diante do real.

Nesse contexto, é primordial que o produtor saiba gerenciar seus custos de produção, sendo esta uma importante ferramenta para a tomada de decisão, uma vez que o Brasil apresenta uma notável diversidade de regiões produtoras, qualidades de café, modelos tecnológicos de produção e, também, de custos. Tudo isso, muitas vezes, dentro da mesma propriedade.

A Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que vem acompanhando o custo

de produção da atividade em diversas regiões do País, verificou que o cafeicultor, diante do preço mínimo adotado pelo governo, não está conseguindo suportar as despesas com a atividade, prejudicando a sua viabilidade. A elevação dos custos, principalmente com fertilizantes e mão de obra, além da valorização da moeda brasileira ante o dólar, do menor investimento nos tratos culturais e da bienalidade negativa, são fatores que agravam ainda mais a rentabilidade da atividade.

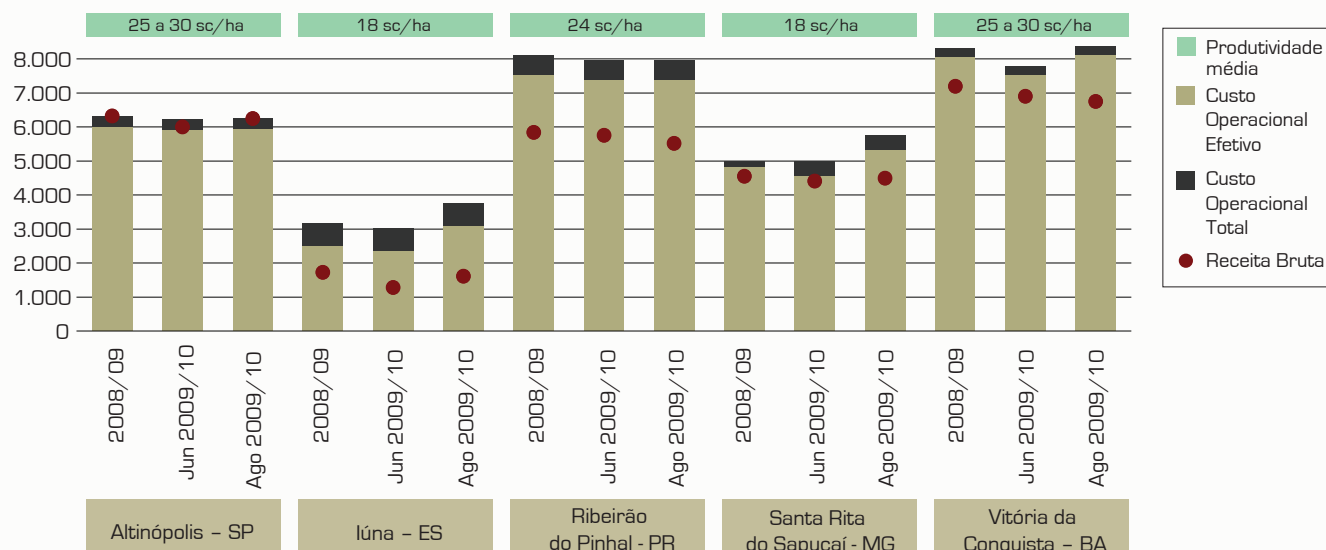
A cafeicultura de montanha [Santa Rita do Sapucaí (MG) e Iúna (ES), no gráfico] concentrada em pequenos produtores, embora tenha condições para produzir um café de excelente qualidade, tem seu custo por saca encarecido pelo uso intensivo de mão-de-obra e uma produtividade média de 18 sacas por hectare. Já a dos cerrados e a de estrutura empresarial [Vitória da Conquista (BA) e Altinópolis (SP)], tem a mecanização como fator principal de redução do custo da saca, atingindo uma produtividade média entre 25 e 30 sacas. No gráfico, os custos são medidos por hectare e não por saca. Como Vitória da Conquista e Altinópolis tem um produção por hectare maior, o custo por saca acaba sendo menor. Altinópolis apresenta um resultado melhor.

Outro fator positivo dessa cafeicultura é a ausência de chuvas na época da colheita, o que eleva a qualidade produzida, impactando positivamente na renda do produtor, fato que já não é observado no Paraná, onde vem ocorrendo atraso e prejuízos na colheita.

O governo adotou medidas de apoio à cafeicultura brasileira e uma política de choque de mercado como estratégia de redução da oferta e elevação dos preços, mas, paralelamente a isso, temos que entender que este é o momento para os cafeicultores se concentrarem na gestão dos custos de produção e em opções viáveis à sua redução, para, assim, obterem suporte à comercialização do café e à renegociação das suas dívidas.

* Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Comparativo dos custos de produção de café – Safra 2008/09 e previsão para 2009/10 (R\$/ha)



TECNOLOGIAS QUE GERAM VANTAGENS COMPETITIVAS

Cibele Aguiar¹
Aymbiré Francisco Almeida da Fonseca²



O país que investe em pesquisa e inovação cria mais emprego, gera oportunidades, desenvolve a economia e se torna mais competitivo. Ciente desta importância, o Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café), que congrega mais de 50 instituições ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, incentiva a busca de soluções tecnológicas por meio da integração de competências e compartilhamento do conhecimento no agronegócio café brasileiro. Em 12 anos de atuação, é possível distinguir indicadores que afetam a competitividade, dentre eles, a capacidade gerencial, o incentivo à adoção de tecnologias e o aperfeiçoamento contínuo são pilares para a adaptação às mudanças e o enfrentamento de novas demandas e desafios.

As transformações na economia moderna têm estabelecido uma turbulência e complexidade crescente no âmbito das cadeias produtivas. O contexto é ainda mais conturbado em função dos condicionamentos advindos com a globalização e novas tecnologias de informação. Historicamente, a cafeicultura enfrenta crises cíclicas e a cada período são exigidos ainda mais jogo de cintura de todos os setores do agronegócio café, sobretudo da classe produtiva.

A dinâmica do programa de pesquisa do CBP&D/café, coordenado pela Embrapa Café, ressalta a importância de fatores como especialização produtiva, interação com o ambiente, capacidade de aprendizado, cooperação e grande flexibilidade para a avaliação de impactos da adoção de tecnologias. Se antes as rotinas produtivas eram exigidas em nome da eficiência, hoje clama-se por aprendizado e validação de tecnologias em nome da sobrevivência. Não basta apenas saber produzir, torna-se cada vez mais necessário o conhecimento dos fatores que afetam a competitividade, por meio da criação de cenários prospectivos e a busca de soluções para seus gargalos.

Num contexto de crescente exigência e níveis de rentabilidade cada vez mais acanhados, a competitividade decorre da convergência das práticas gerenciais e de mecanismos ágeis e flexíveis de acesso à informação tecnológica e de mercado. Isto requer um processo permanente de inovação tecnológica, facilitando o atendimento das demandas, bem como para o conhecimento das habilidades que serão exigidas dos diversos elos do sistema agroindustrial do café para os próximos anos.

Eficiência Tecnológica – Paralelamente às iniciativas políticas para assegurar a sustentabilidade da atividade cafeeira, sobretudo no aspecto econômico, a pesquisa científica faz a sua parte. A efetiva agregação de valor ao café brasileiro, as iniciativas de

rastreabilidade, a adoção de códigos de conduta, ampliação dos programas de certificação, atenção à segurança alimentar e os estudos dos efeitos do café na saúde humana são exemplos de como o Brasil tem ampliado suas vantagens competitivas. Cada vez mais, cobra-se do sistema agroindustrial do café um desempenho profissional, com redução dos custos e gerenciamento das linhas de crédito como ferramenta de inclusão para a agricultura familiar.

Nos últimos anos, materiais genéticos de grande potencial e maturação diferenciada foram lançados, além do desenvolvimento de estudos para seleção de cultivares adaptadas à seca, extremos térmicos e outras adversidades. Para a propagação de material sadio e com alto potencial produtivo, a preocupação inicia-se com a preparação das sementes e formas adequadas de plantio e manejo, resultando em lavouras com desenvolvimento expressivamente superior.

Outro desafio da pesquisa tem exigido esforços na identificação de plantas matrizes que sejam menos exigentes em água, para reduzir o risco da vulnerabilidade climática. Para regiões onde os recursos hídricos são limitantes, a tecnologia de irrigação tem evoluído tanto no desenvolvimento de novos equipamentos e sua aplicação racional, como em novas práticas culturais, com estresse hídrico controlado aliado a adubação balanceada.

Nesse ponto, a ciência ligada à nutrição e fertilidade do solo também é um grande diferencial da cafeicultura brasileira, que busca o equilíbrio entre boas produtividades e longevidade das lavouras, com o incentivo à adoção de uma adubação racional e sustentável. Os estudos respeitam a diversificação do solo brasileiro, bem como apontam os principais déficits e excessos das principais regiões produtoras. Este acompanhamento sistemático possibilita a expansão da cafeicultura para regiões atípicas e também para sistemas produtivos diferenciados, com o aprimoramento da cafeicultura irrigada e de sistemas orgânicos de produção.

As pesquisas também resultaram em amplo conhecimento para o controle racional de pragas, doenças e nematóides, de forma integrada e cada vez mais voltada à redução de defensivos, com reflexos econômicos, sociais e ambientais e crescente apreciação das certificadoras e representações da sociedade. Entre as linhas de pesquisa, destacam-se os estudos de bioecologia, métodos de controle alternativos e avaliação da vegetação adjacente.

As tecnologias de manejo de poda e desbrota, indispensáveis às lavouras renovadas, exigem investimentos dos produtores que também lidam com o desafio de gerenciar o alto custo da colheita. Para isso, várias tecnologias de colheita e pós-colheita são desenvolvidas e validadas para se tornarem acessíveis a todos os níveis de cafeicultura, seja familiar ou empresarial.

Adaptadas também à pequena propriedade agrícola, estão disponíveis tecnologias de separação e lavagem do café com o reaproveitamento da água residual, seguidas da adequação dos processos de secagem de baixo custo com aquecimento indireto e de armazenamento adequado à manutenção de cafés de qualidade. À disposição dos cafeicultores, existem *softwares* para mo-

nitoramento dos custos, com análise comparativa da viabilidade econômica das diferentes formas de colheita e processamento.

Do lado do consumo, o programa de pesquisa direciona os estudos para a identificação dos efeitos do café na saúde e de práticas que ampliem a segurança alimentar nas diversas etapas, do campo à industrialização. As pesquisas ainda geram tecnologias que favorecem os processos industriais, com novas exigências de classificação, alternativas de embalagem e aplicação do óleo de café em cosméticos, alimentos e medicamentos.

Embora pareça paradoxo falar em inovação e tecnologia em períodos de preços de café extremamente deprimidos, com renda insuficiente e endividamento crescente no setor produtivo, o investimento em pesquisa e desenvolvimento serve como alicerce para a liderança produtiva e tecnológica do agronegócio café brasileiro. Mesmo que o resgate dessas conquistas ainda aponte para desafios constantes, sobretudo, por meio de indicadores econômicos, a descontinuidade em programas de pesquisa de referência poderia acarretar em retrocesso ao desenvolvimento almejado e que, de forma coletiva, vem sendo conquistado.

Acompanhe as ações do CBP&D/Café: www.embrapa.br/cafe

1. Assessora de comunicação da Embrapa Café

2. Chefe-geral da Embrapa Café

EXPORTAÇÃO: ALTERNATIVA PARA AGREGAR VALOR E GERAR RENDA

Paulo André Colucci Kawasaki

Em busca de caminhos para ajudar o produtor cooperado a ter rentabilidade na cafeicultura, algumas cooperativas associadas ao Conselho Nacional do Café (CNC) começam a investir na exportação como forma de agregar valor ao produto. Dois exemplos disso são a Cooxupé (Guaxupé-MG), a maior cooperativa de café do mundo, e a Cocapec (Franca-SP). Agora, a mais recente a participar desse processo é a Cooperativa Regional dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso (Cooparaíso).

Uma Assembléia Geral Extraordinária, realizada em agosto deste ano, definiu a criação da Cooparaíso S/A e da Cooparaíso Europe S/A, empresas que possibilitarão transações comerciais para exportação de café torrado e moído a outros países. “Nosso objetivo é o de agregar mais renda e mais margem de lucro ao produtor”, explica o presidente Carlos Melles.

O primeiro negócio comercial firmado nesse sentido foi com a Cooperativa Agrial, sediada na França, que têm mais 17 empresas do ramo no gênero alimentício. “A Agrial servirá de âncora no mercado francês, possibilitando a abertura da venda do café da Cooparaíso naquele país, colocando, assim, nosso cooperado diretamente em contato com o consumidor final europeu”, destaca.

Nesse primeiro momento, a cooperativa colocará os cafés Alto Paraíso e Classic Mogiana em 25 das 200 lojas que a Agrial tem, devendo expandir a distribuição a todas as lojas até o final deste ano. “Ambos os produtos têm *blends* especiais de grãos de café arábica, dando corpo a um café *gourmet* formado por um *terroir* específico da região”, informa o presidente da Cooparaíso, cooperativa sediada no sul de MG e com atuação também na região da Mogiana Paulista.

Uma análise dos diretores expõe que a colocação do café Cooparaíso teve uma repercussão muito positiva, apresentando diferenciais do projeto, como *blend* dos produtos Classic Mogiana e Alto Paraíso, material promocional altamente atrativo, excelente exposição da marca, embalagem de acordo com os padrões exigidos pelos consumidores franceses e, por fim, reação positiva dos consumidores após a degustação e a intenção de compra do café, nos diversos pontos já disponibilizados pela Agrial em sua rede de lojas. “A apresentação do café Cooparaíso foi muito destacada nessas vendas. De imediato já ganhou o gosto dos consumidores”, explica Melles.

Segundo ele, essa parceria entre “cooperativas com filosofias idênticas” abre um espaço muito interessante para que a Cooparaíso aproxime seus cooperados ao exigente consumidor europeu. “Ao longo dos últimos anos, a Agrial deixou de vender *commodities* para vender alimentos nas prateleiras. Assim, ainda que de forma modesta, mas com grande poten-



cial, estamos buscando levar nossos produtores aos consumidores finais, que terão à disposição um café de altíssima qualidade e de completa aceitação nesse nicho do mercado francês”, comemora.

Inicialmente, a Cooparaíso enviará 8 mil quilos de café torrado e moído para ser comercializado na França. “Já para o início de 2010 pretendemos elevar esse volume a 20 mil quilos”, projeta o presidente da cooperativa.

Desmistificando a lenda de que nossos melhores cafés são exportados, Melles anota que os cafés Alto Paraíso e Classic Mogiana estarão à disposição do consumidor nacional a partir de novembro. “Já disponibilizamos excelentes produtos no mercado interno, como o Café Tabuleiro e o Café Cooparaíso, que se incluem entre os melhores cafés finos vendidos no Brasil. Agora estamos ampliando a produção de nosso café *gourmet premium* para atender aos brasileiros”, comunica.

Parceria com a Agrial

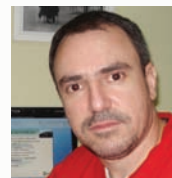
Em janeiro de 2008, o presidente da Cooparaíso visitou o Grupo Agrial, quando conheceu sua diretoria e o seu desenvolvimento no mercado local. “Naquela época, fui acompanhado por Cláudio Bernardo Moraes, superintendente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Maria Luiza Campos Machado, diretora da Agência de Desenvolvimento Industrial (ABDI); Ronaldo Amaral Santana, gerente do departamento de Agronegócio do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG); e Paulo Elias e Cecília Marcolini, diretores da Cooparaíso. Nasceu, então, o interesse mútuo de integração entre nós e a Agrial”, relata.

No começo deste ano, a cooperativa mineira recebeu uma comitiva chefiada pelo diretor-geral da Agrial, Jean Marie Meulle, que conheceu a estrutura, suas atividades e algumas fazendas de café da região. Ele ministrou uma palestra aos associados, diretores e funcionários da Cooparaíso, explicando como funciona a organização francesa e sua participação no mercado europeu, bem como o Grupo Cooperativo Agrícola e Agroindustrial. “Neste dia, com a presença dos representantes do BNDES, do BDMG e da ABDI, que fizeram um estudo da viabilidade de comercialização do café torrado e moído da Cooparaíso na União Europeia, assinamos um acordo de parceria em que nos comprometemos a trocar informações sobre nossos mercados e iniciar a exportação”, conclui Melles.

A Agrial

No dia 21 de junho de 2000, em Mont-Saint-Michel, nascia, da fusão de três cooperativas, a Agrial. Localizada na Normandia (França), atualmente a organização fatura cerca de € 2 bilhões, sendo que 33% dessa receita são obtidos com a comercialização de legumes e outros 15% com a de leite, cereais, frango e bebidas (Cidra), insumos, máquinas e implementos. A distribuição da produção de seus associados é feita por meio de suas 200 lojas e das cadeias de supermercados na Europa.

UM ANO DEPOIS DA QUEBRA DO LEHMAN BROTHERS



Gil Barabach*

No último dia 15 de setembro, fez um ano da quebra do Lehman Brothers, segundo maior banco de investimentos dos EUA. Esse incidente marcou o recrudescimento da crise financeira, trazendo os piores pesadelos e tendo como resultado uma acentuada e generalizada queda dos mercados. Só para ter uma noção do estrago e da gravidade do momento, os analistas foram buscar referências e parâmetros na Grande Depressão de 1929. Mas depois do forte ajuste na economia mundial, parece que a coisa começa a tomar novo rumo.

No mercado café, a crise é culpada de desviar a linha de preços de sua trajetória altista. Tomando a cotação do café arábica em NY de 2002 até agora, fica nítida a linha ascendente dos preços. O ano de 2002, para quem ainda não havia nascido para o café, foi o auge da última crise de excesso de produção. A cotação do café na Bolsa norte-americana caiu a 42 centavos de dólar por libra-peso, pressionada pela produção bem acima da necessidade e dos constantes acúmulos de estoques.

De lá para cá, o excesso de oferta foi corrigido e o café assumiu uma linha ascendente, delimitada por um canal de alta, cuja inclinação foi aumentando com o passar dos anos, comprovando a força corretiva dos preços no mercado mundial.

Em fevereiro de 2008, o café em NY atingiu o pico de 165 centavos de dólar por libra-peso. A bebida não era negociada em um patamar tão alto desde fevereiro de 1998. O momento positivo era sedimentado nos estoques em níveis criticamente baixos, na demanda em ascensão e em uma produção que crescia a patamares modestos e, de certa forma, controlado. É verdade que a chegada da segunda maior safra brasileira da história e da quebra de novo recorde da produção mundial levou a uma correção dessa trajetória positiva. Mas superado o período sazonal mais crítico, os preços reagiam, com mercado antecipando um quadro futuro de aperto na oferta, em virtude da pequena safra projetada para o Brasil em 2009. Enfim, tudo se encaminhava para uma sequência altista, com cotações variando dentro de um intervalo estreito e positivo, confirmando as impressões gráficas anteriores.

Mas aí veio a crise financeira e os preços vieram abaixo. E quando o mercado percebeu o que tinha acontecido, o café já era negociado próximo a US\$ 1 por libra-peso, em meados de dezembro do ano passado. Depois começou uma inconstante reação, que só ganhou forma mais definida ao final de abril de 2009, quando pela primeira vez o mercado de café se submeteu às forças fundamentais. Mas a linha altista durou pouco e logo o mercado foi, novamente, dominado pelas ações vendedoras instigadas pelo avanço da oferta de café novo no Brasil.

Refeito desse novo baque sazonal e diante do socorro do governo brasileiro à cafeicultura, os preços voltaram a subir. Ao

olhar o mercado externo de café antes e depois da crise, percebe-se que o último ano pode ser caracterizado por um desvio de conduta, com linha de preços já buscando retornar à trajetória interrompida um ano atrás.

As variáveis fundamentais continuam positivas, com o mundo produzindo abaixo da sua necessidade. O USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos) projeta para a temporada 2009/10 estoques globais (produtores e importadores) de 35,3 milhões de sacas, o que significa uma queda de 12% em relação ao ciclo anterior. Essa leitura fundamental positiva associada ao pacote de ajuda do governo brasileiro fez as cotações alcançarem 138,30 centavos de dólar por libra-peso para o vencimento dezembro em NY ao longo da primeira metade de setembro.

No entanto, os sinais técnicos de mercado sobrecomprado junto ao quadro climático favorável no Brasil, que remete à expectativa de boas floradas e por extensão de uma grande safra para 2010 afastaram o mercado de seu patamar mais elevado, trazendo a 125 centavos de dólar por libra-peso no final do mês de setembro. Além das floradas, outro gargalo baixista enfrentado pelo mercado daqui até o final do ano é o avanço da oferta de centrais, da Colômbia e do Vietnã, o que facilita a vida dos compradores e trabalha contrariamente a uma valorização mais expressiva nas cotações.

Internamente há ainda a questão cambial. O dólar fraco tem um peso negativo na remuneração do produtor, convertida em moeda local. E, por isso, um papel decisivo em termos de estímulo de mercado. A tendência para o dólar é de neutralidade a baixa.

Os últimos três meses do ano tendem a ser o momento mais crítico da atual temporada comercial. A queda de braço entre compradores e vendedores deve se acirrar. De um lado, a retranca vendedora. O produtor, calçado na promessa de compra do governo, baliza sua indicação de venda no preço mínimo de R\$ 261,62 a saca para bebida dura tipo 6, o que gera esvaziamento da oferta. No outro lado, o comprador forçando os preços para baixo, diante da projeção de safra grande para o Brasil em 2010 e, por isso, maior comodidade no abastecimento. No meio do caminho trocas de farpas, sintetizadas em indicações díspares em torno do potencial da próxima safra brasileira. O que, inclusive, já faz parte do folclore do mercado de café.

Mas superado esse momento nevrálgico, as chances do mercado evoluir positivamente crescem, em especial no mercado interno, com a chegada da entressafra e a menor disponibilidade física do produto. Uma melhora no cenário econômico mundial em 2010 seria um ponto de apoio fundamental para a confirmação da perspectiva mais positiva para o café ao longo do primeiro semestre do próximo ano.

E um ponto a ressaltar é que a escassez de oferta disponível tende a ser ainda maior para os cafés de melhor qualidade. Essa é uma daquelas safras em que choveu demais na colheita, afetando a qualidade da bebida. Nesse sentido, há uma forte tendência de intensificação da elevação dos ágios entre as bebidas.



Embora haja espaço para subir, é bom ficar atento, pois o comprador seguirá com o freio de mão puxado, alongando estoques e aguardando a safra grande no Brasil, que começa a chegar ao mercado a partir da metade do próximo ano. E essa postura deve servir como um limitador aos impulsos altistas.

Janelas que se abrem

De maio até setembro o mercado de café abriu, no mínimo, três bons momentos para o produtor negociar parte de sua safra. Em maio o preço do café arábica negociado na BM&F para entrega em dezembro alcançou US\$ 162,50 a saca. Um patamar não repetido até agora na temporada, mesmo com os leilões de opção de venda e o pacote de socorro do governo. Um novo repique altista veio no começo de agosto, quando o vencimento dezembro na BM&F atingiu US\$ 158 a saca na máxima. E outro momento em meados de setembro, quando o café na bolsa paulista alcançou US\$ 158,50 a saca de 60 kg. Novas oportunidades irão aparecer no decorrer do caminho e é bom aproveitá-las, com o intuito de diluir risco e fazer média de preço.

O risco, para o produtor, é vender abaixo de seu custo. Por isso, o ponto de partida para uma estratégia comercial é saber o custo de produção. Preço acima do custo já passa a ser um ponto interessante de entrada. De resto é tentar aproveitar esses repiques nos preços para melhor rentabilizar a sua comercialização.

* Economista, mestre em Economia do Desenvolvimento e analista responsável pelo segmento de café da Safras & Mercado

Segurança alimentar

Mais bocas para alimentar

COMEMORADA EM mais de 15 países, a celebração do Dia Mundial da Alimentação, em 16 de outubro deste mês, aniversário de fundação da FAO em 1945, tem como lema este ano “Conseguir Segurança Alimentar em Época de Crise”.

Com a crise econômica e o aumento dos preços dos combustíveis e alimentos no biênio de 2007 e 2008, a situação das zonas rurais dos países em desenvolvimento sofreu dramática deterioração. Além de serem as mais afetadas, as pessoas em situação de pobreza também são prejudicadas pelo altos índices de desemprego em face do quadro econômico mundial.

Para o diretor da FAO, Jacques Diouf, durante o último exercício se produziu “uma mescla perigosa de desaceleração econômica global combinada com preços alimentares obstinadamente mais altos que empurraram mais de 100 milhões de pessoas para a fome crônica e a pobreza.

Diante deste quadro, a FAO trata este ano da influência da crise econômica e o aumento de subnutridos, somados aos efeitos provocados pelas crises anteriores, como a energética e a alimentar, que contribuíram para aumentar a quantidade de pessoas a padecerem de fome em 1.020 milhões.

O esforço é o de encontrar um consenso generalizado para gerar as ações necessárias à erradicação da fome. Uma das prioridades é conseguir inversões seletivas mais concretas por meio das áreas públicas, de modo a fomentar e facilitar as aplicações privadas, em especial por parte dos próprios agricultores.

Recentemente, Diouf declarou que são “necessárias ferramentas de desenvolvimento econômico e políticas para impulsionar a produção e a produtividade agrícola. É preciso aumentar os recursos financeiros na agricultura da maioria dos países pobres. Como é a chave para vencer a fome e a pobreza, um setor agrícola saudável constitui um requisito prévio para o crescimento econômico.

Há uma projeção de crescimento da população mundial de 5,5 bilhões para 9,2 bilhões, dos dias atuais até 2050. Para alimentar este contingente de pessoas sem problemas a produção global terá de praticamente aumentar em 70% no período.

O crescimento populacional estará concentrado nas áreas urbanas dos países em desenvolvimento, enquanto a população rural diminuirá. Isso significa que a força de trabalho rural terá de ser muita mais produtiva e conseguir produção com seus poucos recursos. Uma maior produtividade requer melhor funcionamento das cadeias produtivas, incrementos nos investimentos em agricultura, como em tratores, implementos, colheitadeiras, bombas d’água, dentre outros, e trabalhadores com melhor treinamento e habilidade

Otimismo moderado

“A FAO apresenta otimismo moderado quanto ao potencial da capacidade de alimentação do planeta em 2050, de acordo com seu diretor adjunto Hafez Ghanem”. Esse desafio não se logrará de forma automática pois exige a superação de dificuldades importantes.

Segundo Ghanem, é necessário formular o marco socioeconômico adequa-

do para fazer frente às desigualdades, de modo a garantir o acesso das pessoas aos alimentos de que necessitam. Além de reduzir a pobreza, a produção alimentar deve levar em conta as limitações dos recursos naturais.

As projeções mostram que ainda serão demandadas inversões pesadas para melhorar o acesso a alimentos. Caso contrário, aproximadamente 370 milhões de pessoas podem seguir com sofrimento da fome em 2050, que corresponde a quase 5% da população dos países em desenvolvimento.

O crescimento mais rápido da população, de 108%, acontecerá na África Subsaariana (910 milhões de pessoas), enquanto o mais lento se produzirá na Ásia Oriental e no Sudeste Asiático, de 11% e por 228 milhões de pessoas.

Demanda de alimentos (milhões de toneladas)

Produto	2006	2050
Cereais	2.100	3.000
Carnes	200	470

Fonte: FAO, 2009

A produção de biocombustíveis também pode aumentar a demanda de produtos agrícolas básicos, em função dos preços da energia e das políticas governamentais.

Terra

Apesar do crescimento da produção agrícola prever um aumento de produtividade e a intensificação dos cultivos, a área cultivável terá de aumentar em 120

milhões de hectares nos países em desenvolvimento, sobretudo na África Subsaariana e na América Latina. Em contrapartida, nos países desenvolvidos, as terras plantadas sofrerão uma diminuição de 50 milhões de hectares. Esse tamanho é sujeito a uma variação de acordo com a demanda de biocombustíveis.

No âmbito mundial, a terra disponível é suficiente para alimentar a futura população. Não obstante, a FAO adverte que, além de se concentrar em poucos países, na grande parte os solos são adequados para poucos cultivos, que não são necessariamente aqueles de maior demanda.

Devido às limitações de ordem física e química, enfermidades endêmicas e deficiência em infraestrutura sem solução a curto prazo, muita terra ainda permanece inutilizada. Para entrar em processo de produção há necessidade de grandes investimentos. Parte delas está coberta por bosques e sujeitas à expansão dos núcleos urbanos, em particular no Oriente Médio, na África do Norte e na Ásia.

Água

O consumo de água na agricultura para irrigação deverá crescer a um ritmo menor, devido à diminuição da demanda e o uso mais eficiente. Mesmo assim, o incremento será de 11%. Apesar da disponibilidade mundial ser suficiente, como a sua distribuição é irregular, a água alcançará níveis de escassez alarmantes, em particular no Oriente Médio, na África do Norte e Ásia Meridional. Essa situação poderá ficar mais crítica com as mudanças climáticas.

Produtividade potencial

Segundo a FAO, quando se dispõe de incentivos socioeconômicos adequados, existem saídas para elevar o aumento da produtividade. O temor de que tenha chegado a um limite máximo parece injustificável.

Menos vítimas da fome

A FAO reivindica intervenções intensas para a mais rápida redução e eliminação final da fome. Como devem crescer em

Dificuldade no acesso a alimentos

Este ano, estima-se que a fome atingirá um novo recorde histórico: 1,020 bilhão de pessoas no mundo – uma em cada seis pessoas. Na América Latina e no Caribe, a previsão para 2009 é de que 53 milhões de pessoas não se alimentem adequadamente, o que significa o retorno aos níveis de subnutrição existentes no início da década de 90.

Essas duas regiões foram as únicas no mundo que conseguiram avançar no combate à fome nos últimos anos. Entre 1990-1992 e 2004-06, houve uma queda de 53 para 45 milhões de pessoas subnutridas. Contudo, as estimativas indicam que os avanços dos últimos 15 anos serão perdidos em apenas três, por causa da crise dos preços dos alimentos e econômica.

Os preços dos alimentos no mercado mundial devem continuar altos e instáveis no médio prazo, e uma repetição do ocorrido entre 2007 e 2008, quando atingiram um pico, é uma possibilidade realista. Entre 2006 e 2008, segundo a organização, os preços de alimentos básicos subiram cerca de 60%, enquanto os preços dos grãos chegaram a dobrar. Em meados do ano passado, os preços dos alimentos nos mercados internacionais atingiram seu maior patamar em quase 30 anos, o que provocou revoltas e tumultos em alguns dos países mais pobres.

Em resposta à alta dos preços dos alimentos, a produção mundial de cereais atingiu em 2008 o recorde histórico de 2.241 milhões de toneladas. No entanto, na maioria dos países em desenvolvimento, os agricultores mais pobres e em pior situação de segurança alimentar, que tinham a maior necessidade de aproveitar os preços mais altos dos cereais, não conseguiram aumentar a produção porque não tiveram acesso a insumos ou a mercados.

De acordo à FAO, o aumento na produção dos alimentos se concentrou nos países desenvolvidos. Excluindo os resultados no Brasil, na China e Índia, a produção nos países em desenvolvimento caiu no mesmo período.

50%, os investimentos necessários no setor agrícola dos países em desenvolvimento para garantir a alimentação da população mundial até 2050 são da ordem de US\$ 83 bilhões ao ano. As aplicações envolvem melhoria de infraestrutura, pesquisa e extensão, títulos e direitos de propriedades, gestão de riscos, controle veterinário e qualidade dos alimentos. ■

Investimentos anuais na agricultura

País	Valor (US\$ bilhões)
Índia e China	20
América Latina e Caribe	20
Ásia Oriental	24
África Subsaariana	11
Oriente Médio e a parte norte da África	10

Fonte: FAO, 2009

Cereais: Balanço Mundial (milhões de toneladas)

	2006/07	2007/08 (a)	2008/09 (b)	(b)/(a)
Produção	2.010,6	2.128,2	2.241,5	5,3
Comércio	257,0	272,0	264,0	-2,9
Uso	2.061,9	2.126,0	2.197,0	3,3
Alimento	994,3	1.010,1	1.023,4	1,3
Ração	738,7	750,9	765,6	2,0
Outros	328,9	365,0	407,9	11,8
Estoques	426,4	428,6	473,1	10,4

Fonte: FAO

Agricultura de precisão

Tendências, desafios e oportunidades

Fábio H. R. Baio¹

APÓS UMA década no Brasil, a agricultura de precisão (AP) é recente quando comparada a outras tecnologias agrícolas, como a dos defensivos agrícolas e adubos químicos, que tiveram uma adoção mais rápida. Uma das razões dessa constatação consiste no fato de a AP ser multidisciplinar, com a exigência de várias áreas do conhecimento agrícola para o seu desenvolvimento da tecnologia.

A AP exige posicionamento acurado e erros minimizados. O atributo a ser mapeado ou a aplicação localizada são realizadas nos locais determinados. Para cada aplicação, um tipo de correção do erro do GPS é mais adequado.

As aplicações localizadas de defensivos, mapeamentos diversos (solos, fertilidade, pragas, plantas daninhas e o georreferenciamento), preferencialmente, devem utilizar correções DGPS (Sistema de Posicionamento Global Diferencial ou GPS diferencial, mais preciso que o GPS), que podem ser via satélite, bases públicas (Marinha, cooperativas, WAAs etc.) ou estacionárias privadas.

Atualmente, em fase de transição, diversos aparelhos receptores GPS também estão sendo desenvolvidos para captar o sinal dos satélites do sistema russo de posicionamento, chamado de Glonass.

O conceito do mapeamento de atributos de interesse está muito difundido na AP, ciclo este muitas vezes iniciado por uma fase de coleta de dados, geralmente um mapeamento. O processo de mapeamento consiste em aliar uma determinada informação (fertilidade, praga, planta daninha, produtividade) a sua posição no campo, gerando-se um mapa.

O ciclo da agricultura de precisão

Em meados de 1997, empresas multinacionais produtoras de máquinas agrícolas resolveram investir na tecnologia de agricultura de precisão e trouxeram para o Brasil diversas novidades, que foram apresentadas em feiras agrícolas, principalmente aquelas ligadas ao mapeamento de produtividade das culturas, os chamados monitores de colheita. Entretanto, o chamado ciclo da AP (coleta de dados, tratamento de informações e aplicação) não se completava, havia um certo descrédito. Hoje, várias empresas de consultoria se dedicam à AP, principalmente nas atividades de mapeamento de fertilidade do solo e na aplicação de adubos e corretivos, além da prestação de serviços de sensoriamento remoto, ferramenta fundamental em levantamento de informações em áreas extensivas.

O mapeamento de fertilidade do solo e o da produtividade da cultura são os dois tipos de mapas mais utilizados pelos agricultores e consultores, que certamente continuarão sendo os mais difundidos, pois são mais práticos de serem obtidos. Mas resta desenvolvimento teórico no que diz respeito ao número de amostras de solo por hectare para se gerar um mapa representativo de um atributo.

Também falta muito a ser feito no campo da pesquisa, no tocante ao mapeamento de outros atributos ligados à fisiologia da planta, plantas daninhas e pragas. E este será o

grande avanço tecnológico que ocorrerá no campo da AP em futuro próximo. Os equipamentos para a aplicação localizada de defensivos estão desenvolvidos desde o final da década de 90, no aguardo do desenvolvimento por completo dessa etapa do ciclo.

O mapeamento da produtividade por sensores instalados nas colhedoras está em pleno uso por muitos agricultores. Com banco de dados considerável, acumulado ao longo de diversas safras, vários usuários estão em fase de evolução para uma próxima etapa do ciclo, o da identificação de zonas de manejo.

É na etapa da aplicação localizada que a AP fecha o seu ciclo por completo, quando o agricultor pode desfrutar da redução ou da otimização na aplicação de insumos. Quando se analisa a situação atual do uso da prática pelo conceito do mapeamento, os equipamentos estão prontos. Tanto para fertilizantes como corretivos, a aplicação localizada tem grande utilização por diversos agricultores em todo o Brasil.

O sensoriamento remoto – seja ele orbital ou por plataforma aérea – tem um papel fundamental e ainda pouco explorado no desenvolvimento da AP no Brasil e no mundo. Com imagens de satélites e/ou fotografias aéreas é possível a localização dos alvos em uma área muito mais extensa e em menor tempo do que a coleta desta informação em campo. Qualquer técnica de agricultura de precisão somente terá êxito se for aplicável em extensas áreas. O papel do sensoriamento remoto será auxiliar cada vez mais nessa tarefa. ■

1. Professor adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS – MS

19 ANOS DE EXISTÊNCIA

Henrique Mazotini¹



OUTUBRO É um mês especial para a Andav – Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários. É o mês de seu aniversário. Este ano a entidade comemora 19 anos de lutas e conquistas para o agronegócio brasileiro. Uma trajetória de constante busca da profissionalização do setor. O cenário atual é totalmente diferente daquele configurado no princípio. Isso porque o canal de distribuição tem se apoiado cada vez mais na padronização e qualidade para garantir maiores e mais significativos ganhos.

Nesta e nas próximas edições de *Agro-analysis*, a Andav traçará o novo panorama de suas associadas, que com gestão e profissionalismo estão mudando as características da distribuição de insumos agropecuários no país.

Na primeira edição, no mês passado, foi analisado um dos pilares em que o canal de distribuição profissionalizado tem concentrado mais esforços: as finanças.

Depois de atravessar grandes crises, a cadeia produtiva agrícola precisou mudar em diversos aspectos. O amadorismo e as planilhas avulsas já não atendiam mais às necessidades do mercado. As empresas credoras (*tradings*, bancos e fornecedoras) passaram a exigir das revendas cada vez mais domínio dos negócios, principalmente na área financeira.

Ora, se o maior problema das revendas de insumos é justamente a indisponibilidade de crédito, nada mais coerente que aplicar políticas de concessão e gestão de recursos para dar maior segurança ao mercado. Os primeiros passos nesse sen-

tido foram tímidos, pois os laços entre revendedores e proprietários rurais sempre foram bastante estreitos. Porém, é útil e necessário manter um cadastro detalhado e criterioso dos clientes, seja qual for o segmento. E essa política, no decorrer dos anos, tem evitado problemas no recebimento e proporcionado menores riscos aos credores.

A tecnologia ajudou muito nesse sentido. Sistematizar não só o cadastro dos clientes, mas, principalmente, o processo de gestão financeira, garante aos gestores visão macro e estratégica. Ao verificar a crescente demanda do canal de distribuição por sistemas gerenciais, algumas empresas focaram em soluções e *softwares* para o segmento.

A Siagri Sistemas, empresa parceira da Andav em ERP, desenvolve *softwares* exclusivamente voltados ao setor. Ao longo dos anos, tem conseguido captar as necessidades gerenciais das revendas e as carências do mercado. Carlos Barbosa, presidente da Siagri, conjectura que a procura cada vez maior pelos sistemas de informática mostra a busca incessante do setor pela profissionalização. Segundo ele, a revenda de hoje compreendeu o valor da gestão financeira e, por isso, investe em e utiliza mais os *softwares*. “Os resultados alcançados pela melhoria da comunicação, aproximação e alinhamento da estratégia empresarial com os processos operacionais são fantásticos, e fazem com que os gestores tornem-se cada vez mais atentos e exigentes”, diz. O próprio canal de distribuição, por meio de solicitações de clientes, foi responsável por dois novos

produtos: o CRM, *software* para desenvolvimento do relacionamento com clientes, e o Trocas, que gerencia operações de *barter* e mitiga riscos de comercialização – ambos em operação.

É importante ressaltar que nem só de tecnologia é feita uma gestão. Até mesmo o melhor dos sistemas pode falhar se o distribuidor não inserir os dados de forma correta e completa. Mas também nesse quesito, embora alguns paradigmas ainda precisem ser quebrados, os empresários em geral sabem da importância da qualidade da informação para o bom resultado do processo. Querem consistência, agilidade e transparência das informações do seu próprio negócio. Afinal, os diversos dados fornecidos pelo sistema serão utilizados para realização de ações, planejamentos e para a formação do orçamento da empresa.

Em suma, ao contrário do cenário observado há alguns anos, a gestão financeira das revendas agrícolas não está centralizada nem no proprietário da revenda nem na área financeira, estando distribuída nas diferentes áreas de responsabilidade das empresas. A inserção de dados, a avaliação do desempenho e a decisão estratégica se mesclam e complementam para a conservação da saúde financeira. Isso porque, hoje, mais do que nunca, os empresários da distribuição de insumos aprenderam a dirigir suas empresas de forma plena e consciente.

1. Presidente executivo da Andav (Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários). www.andav.com.br



16º Fórum Abag

COP 15 – Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas



Abertura

Antonio Roque Dechen
Diretor da Esalq

Até este ano, em que a USP comemora seu 75º aniversário, a Esalq, uma das suas unidades fundadoras, cumprindo sua missão de formar profissionais nas áreas de ciências agrárias, biológicas e humanas, já graduou 12.092 profissionais.

Com potencial de interagir com a sociedade por meio de ações educativas, a Esalq disponibiliza quantificações e cálculos ba-

seados em informações, diretivas e metodologias aprovadas pelo Executive Board da Convenção do Clima do Protocolo de Quioto, assim como nas informações publicadas pelo IPCC, órgão da ONU.

O programa Esalq Clima preparou inventários das emissões de gases de efeitos estufa (*carbon footprint*) das suas atividades. Os palestrantes deste fórum receberão certificados de compensação de emissões decorrentes da participação deste evento.

Dessa maneira, a Esalq cria o crédito de carbono, para ser oferecido aos patrocinadores e participantes de eventos, como um certificado de redução de emissões.

De forma simples, mas comprometida, damos o primeiro passo.

Cada vez que participo de um evento da Abag, fico cada vez mais comprometido em tomar um posicionamento frente às situações de momento do agronegócio brasileiro.

O território neutro da universidade possibilita a abertura de corações para discussões. Temos ideias e precisamos formular propostas. Liebig, em 1840, dizia que “a agricultura é uma ciência e uma arte”. Temos de atuar nesse seguimento e lembrar a frase de Norman Borlaug: “Não se constrói a paz em estômagos vazios”.

Aliança Brasileira para o Clima (ABC)

Luiz Antonio Pinazza
Diretor da Abag

O objetivo aqui é contextualizar as discussões neste fórum. Em 1988, a Organização Meteorológica Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente criaram o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), para fornecer informações técnicas científicas e socioeconômicas para o entendimento das mudanças climáticas.

Depois, como resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, surge o tratado internacional da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima.

Em vigor desde 21 de março de 1994, a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas teve a sua regulamentação atribuída à Conferência das Partes – COP, órgão de reuniões anuais e composição formada de representantes

diplomáticos dos Estados signatários. A 1ª COP foi em 1995.

A 3ª COP, de 1997, tratou do Protocolo de Quioto, para redução das emissões de 37 países desenvolvidos listados no conhecido Anexo 1. Muito influenciado pelo 4º Relatório do IPCC, na COP-13, em Bali, 180 países reconhecem o aquecimento global. Ainda em 2007, Al Gore e o IPCC ganham o Prêmio Nobel da Paz. Assim, em escala crescente, os trabalhos relacionados à mudança climática sensibilizam a opinião pública.

Como resposta a esse ambiente, a Abag, em seu 7º Congresso, de 2008, desenvolve o tema Agronegócio e Sustentabilidade. Essa relação fica mais enfática no 8º Congresso, realizado neste ano, com o tema Agronegócio é Sustentabilidade.

Com a sustentabilidade na agenda de trabalho, a Abag realizou uma série de reuniões para tratar da COP-15, que será realizada entre 7 a 18 de dezembro próximos, em Copenhague, na Dinamarca. Essa iniciativa culminou com o lançamento da Aliança Brasileira pelo Clima (ABC), da qual fazem parte 14 entidades relacionadas ao agronegócio.

Alguns fatores motivaram esse posicionamento. Diante dos efeitos globais das mudanças climáticas, existe a responsabilidade para estabilizar os níveis

de gases de efeito estufa (GEEs) na atmosfera. Com matriz energética limpa (mais de 40%), mas imagem negativa vinculada às emissões por desmatamento, o Brasil deve assumir um papel de liderança nesse processo.

Comprometido com a mitigação de GEEs e as práticas para economias de baixo carbono, o Brasil conta com opções eficientes e sustentáveis no combate às mudanças climáticas, como o etanol, biodiesel, as florestas plantadas, o carvão vegetal renovável e outras formas de biomassa. Segundo o IPCC, quando se computam os números das queimas e do desmatamento, que ficaram fora do Protocolo de Quioto, o Brasil passa do 17º para o quinto lugar no *ranking* das emissões mundiais, sendo que três quartos das emissões nacionais vem do desmatamento.

Então, no âmbito da Convenção do Clima, é importante a adoção de metas ambiciosas, como reduzir, no mínimo, até 2020, 40% das emissões, em comparação aos níveis de 1990. Ao mesmo tempo, priorizar as tecnologias de mitigação disponíveis, economicamente viáveis e de impacto no curto prazo.

Com financiamentos de países Anexo 1, geração de créditos de carbono e agregação às atividades agrícolas, de florestas plantadas e de bioenergia, os países em desenvolvimento devem apresentar compromissos na forma de Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas (Namas). O Brasil deve lançar o seu Plano Nacional de Mudança Climática.

Para a Metodologia de Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação (Redd) cabe considerar o manejo sustentável de florestas para aumentar os estoques de carbono (Redd Plus) e mitigar a emissão de GEEs. Ou seja, o pagamento pelo desmatamento evitado. Não se trata só de reduzir, mas de reverter o fluxo das emissões.

Com emprego de fundos internacionais e mecanismos associados ao mercado no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), deve-se facilitar a definição da linha de base e o cumprimento da adicionalidade (manter a integridade ambiental).



Para reduzir custos de transação e incentivar projetos, desenvolver de programas de atividades de projetos (PoA) e de projetos setoriais. Nos projetos de florestamento e reflorestamento, por meio do monitoramento e seguro, que diminuem o risco de não permanência dos estoques de carbono, reconhecer a geração créditos.

No âmbito interno, desenvolver uma ampla Política Nacional sobre Mudanças Climáticas, que não prejudique a competitividade da economia e evite as contradições nas políticas públicas. Com a produção e o consumo de matérias-primas e energias renováveis, em cima de base científica, estabelecer o zoneamento ecoeconômico.

As negociações bilaterais com países como os da América do Norte, Europa e Oceania podem incentivar o uso de energias renováveis e programas de comércio de emissões via projetos de mitigação. Ter cuidado para que as Carbon Border Adjustment Taxes (sobretaxação de produtos importados baseada em emissões de GEEs), não se transformem em barreiras comerciais.

Para finalizar, é importante entender que a COP-15, além de ser o ponto de partida na busca por economias de baixo carbono, traz a expectativa de substituir o Protocolo de Quioto. Lá, o presidente Obama apresentará o seu primeiro grande posicionamento quanto às questões climáticas. Os EUA saíram do acordo em 2001. A ABC quer deixar a sua contribuição.

Comentários e perguntas do moderador

Roberto Waack

Diretor da Amata Brasil

Quero ressaltar a relevância do tema do ponto de vista do seu impacto na sobrevivência da espécie humana. Talvez esse seja o primeiro momento em que isso é debatido de uma forma consistente pela humanidade.

Como afeta de forma diferente cada país, esses elementos podem ser vistos com a perspectiva reativa, em função das potenciais ameaças, ou pró-ativa no sentido de surfar nas oportunidades.

Não temos luz suficiente sobre os modelos que virão. Vivenciar mudança de paradigma é uma situação de incertezas. Se isso traz receio, de outro lado também impulsiona a dar passos. Um dos elementos centrais desse contexto é a geração do conhecimento.

Esse ambiente confuso se assenta em pelo menos três pilares. O primeiro associado à questão da imagem. Muitas corporações iniciaram esse processo em razão de ganhos reputacionais, o que não tem nada de errado. O segundo se refere aos custos com a descoberta de novos elementos associados ao setor produtivo.

As organizações precisam lidar com esses passivos, que se transformam em legais (Código Florestal, uso do solo etc.). O terceiro elemento é o econômico. Existem oportunidades de ganhos independentes de passivos e da reputação.

PERGUNTA: Qual o papel do Brasil na consolidação de informações precisas referentes aos inventários de emissões, que o coloca em posição crítica?

RESPOSTA: Carlos Clemente Cerri,

Professor e Pesquisador do Cena/Esalq

Acabamos de fazer no Centro de Energia Nuclear (Cena/Esalq), a atualização das emissões de gases de efeito estufa do Brasil, publicado na revista *Ciência Agrícola*. Existe apenas uma única comunicação nacional, feita pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, de 2004, porém com dados de até 1994. Isso mostra que estamos defasados. Países como a Argentina já estão na segunda ou terceira comunicação, enquanto outros estão na sétima e oitava.

É o primeiro e único relatório com a metodologia do IPCC. Entre 1994 e 2005, houve um aumento das emissões de 8,8%. Não foi um crescimento exponencial, mas há pequeno incremento. Com relação à queima dos combustíveis fósseis, a despeito da contribuição da agricultura com os biocombustíveis, há um aumento de 44% das emissões em 2005 em relação a 1994.

Há um foco sobre a pecuária. Houve aumento das emissões em 20% pela fermentação entérica, enquanto nos solos agrícolas passou de 30% devido ao óxido nitroso (N₂O) na urina animal e nos fertilizantes sintéticos. Trata-se de um dos três gases mais importantes no efeito estufa, que tem um potencial de aquecimento de aproximadamente 300 em relação ao CO₂.

De modo geral, o aumento das emissões foi de 17%, considerando as queimas de combustíveis fósseis, resíduos, solventes e agricultura. Países europeus do Anexo 1 tiveram aumento bem maior. A caminho de ser um país do Anexo 1, que são os industrializados, o Brasil está na





69ª posição no *ranking* das emissões, sem considerar o desmatamento.

Temos potencial de trabalharmos na pecuária, com a introdução do sistema integração lavoura e pecuária, seleção genética, rendimento das pastagens, recuperação das pastagens degradadas dentre outros. Por meio do confinamento, podemos reduzir a área de pastagem de 176 milhões de hectares para 156 milhões de hectares. Pelas técnicas de biodigestão é possível reduzir as emissões de metano e N₂O de dejetos, enquanto o plantio direto introduz no solo 0,5 tonelada de carbono por hectare. Com 26 milhões de hectares, o Brasil sequestra 13 milhões toneladas de carbono por ano. Por força do Acordo de Marrakesh, isso ainda não pode ser revertido em lucro, porque não é uma atividade elegível em termos de crédito de carbono.

No caso do *carbon footprint*, ou seja, a redução da emissão de CO₂ para a produção de 1 quilo de carne, cada animal produz 15 quilos de sebo, que geram 12 litros de biodiesel para atender a uma demanda do País. Isso resulta em melhor balanço de gases.

Quanto a questão do *background* científico associado à questão das metas, podemos trabalhar de duas formas: reduzir as emissões e retirar o CO₂ que foi para a atmosfera. Não dá para tirar o metano, o óxido nitroso, o hexafluoreto de enxofre, entre outros.

O cenário é claro na redução da taxa de emissão. Em 2020 teremos menos de 35 milhões de hectares de desmatamento. Na questão da fixação do CO₂, temos dois locais. O primeiro, nas pastagens degradadas, que não dá para fazer por agricultura, com a revegetação natural chamada de juquira ou a secundária, porque talvez não valha a pena investir muito fertilizante numa área muito degradada no momento. O segundo, pelo reflorestamento, projetado para aumentar em 4,1 milhões de hectares a área.

PERGUNTA: Na questão da economia de baixo carbono, como o Brasil deve desenvolver o contexto estratégico da COP-15?

RESPOSTA: Marcus Guido Frank, Cliente Development Manager da McKinsey & Company

O estudo publicado pela McKinsey, em março deste ano, olha o potencial de redução das emissões de gases de efeito estufa do Brasil, um dos grandes emissores mundiais, em grande parte devido às emissões das florestas.

A contabilidade das emissões é feita por produção e não por consumo. O Brasil, como grande exportador de proteína, tem uma emissão muito grande. Não é um problema o agronegócio ser um grande emissor, mas, sim, é uma grande oportunidade de dar uma contribuição e reduzir as suas emissões.

Identificamos um potencial de redução de 35% das emissões do agronegócio, por meio de práticas diferentes. Com gestão de pasto, o Brasil teria um potencial de contribuir por meio de sequestro de até 100 milhões de toneladas de CO₂ por ano, até 2030.

A redução da emissão pode ser encarada como oportunidade, se for associada a um algum tipo de crédito de carbono. Na atividade florestal há muita incerteza a respeito de como a regulamentação evoluirá, mas sem dúvida nenhuma o pagamento por serviço ambiental é uma oportunidade.

É acreditar em milagre que haverá alinhamento na COP-15. Para fazer tudo

que seja possível dentro do ponto de vista técnico há duas formas: energia renovável e sequestro de carbono. Quanto mais agressivo for o acordo mundial para a humanidade migrar de forma rápida a sua matriz energética, maior será a sua demanda por biomassa.

O Brasil será o celeiro do mundo de biomassa renovável se tiver credibilidade. Com os mandatos atuais em 2020, a demanda mundial por etanol triplica e vai para 220 bilhões de litros. Como 90% são produzidos internamente pelos países que consomem muito, sobram 10% para comércio internacional. Apesar de conservador, isso daria US\$ 15 bilhões por ano de exportação.

De qualquer forma, o etanol tem que ser produzido de forma sustentável. O presidente Clinton falou bem: “você não precisa me explicar mais uma vez que não plantam etanol da Amazônia, eu sei disso”. A verdade é que os mercados consumidores não consumirão o etanol de um país com o desmatamento controlado.

No mercado externo, com uma meta de 20% de produção de energia renovável em 2020, a Comunidade Europeia importará muita biomassa.

O Brasil é também o país mais competitivo do mundo para produzir celulose. É a mesma coisa plantar árvore e exportar



tar biomassa. Com mercado de U\$ 30 bilhões, quanto o Brasil conseguirá capturar disso dependerá de como irá organizar a sua indústria florestal.

Saindo da energia renovável, a outra opção é sequestrar carbono. É possível juntar o útil ao agradável, no sentido de recompor um passivo ambiental e restaurar as APPs, para ganhar crédito.

O reflorestamento não significa perder área produtiva, mas ganhar crédito de carbono pela recomposição da biodiversidade e a exploração econômica. No caso de RL, as empresas pensam em como fazer a gestão de uma floresta plantada de nativas, com multiespécies, para tirar de forma sustentável madeiras, óleo e frutos. Isso poderia trazer US\$ 5 bilhões como crédito de carbono.

Concordo com a posição de não utilizarmos o Redd como um crédito barato. Mas, vamos sair da defensiva para a ofensiva. Se for fazer o que o IPCC pede, poderá ser feito tudo que o é possível em floresta.

PERGUNTA: Quando a gente coloca a questão de desflorestamento, o Brasil vai para o topo da lista. Há oportunidade nessa integração agricultura e floresta?

RESPOSTA: Sérgio Leitão, Greenpeace

Nasci numa cidade do interior do Ceará, chamada Crateús. Meu pai, que vendia tratores, dizia que se você falasse a verdade para o produtor, não tinha porteira fechada no ano seguinte. Ele muitas vezes deixava de ganhar uma comissão maior, mas não aceitava vender um trator de maior porte. Como nunca teve porteira fechada na vida, por conta desse conselho dele tentarei ser honesto e sincero com essa audiência que me dá o prazer de ouvir.

Essa discussão sobre clima é feita com atraso de 17 anos pelo setor produtivo no Brasil, quando houve Convenção do Clima de 92, no Rio de Janeiro. Isso pode ter consequências graves. Há ainda uma dificuldade de compreensão da parte do setor sobre as suas reais responsabilidades e oportunidades.

O documento da Aliança cita que os países desenvolvidos devem ter metas, embora os em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, não devem tê-las. Caminhamos para ter metas. Essa discussão atrasa o conjunto de responsabilidades que o setor produtivo brasileiro deverá fazer quando formalmente teremos a responsabilidade de ter metas. Seremos pegos de calças curtas.

A pujaça da agricultura do estado de São Paulo, com esta escola e o Instituto Agronômico de Campinas, vem do fato de fazer a transição do braço escravo para a mão de obra livre antes que o País como um todo o fizesse. O Rio de Janeiro ficou discutindo se deveria ou não acabar com a escravidão. Então, vocês estão esperando que as normas e as regras ambientais cheguem?

O barão de Mauá, líder da industrialização no Brasil, liquidou todos os seus negócios ligados ao tráfico de escravos em 1846, quando o governo criou a tarifa Alves Branco, que permitia uma taxa diferenciada para produtos fabricados no País. Acabamos com a escravidão em 1888. Mauá tinha visão mais avançada que a dos “comerciantes de escravos”.

Do ponto de vista do setor produtivo existe não necessariamente uma preocupação com a questão de mudança climática, mas uma agenda que sinaliza a

regressão de uma série de leis importantes para o Brasil apresentar uma postura diferenciada em relação à questão ambiental. Não podemos propor um Código Ambiental que destrói a legislação ambiental. Ela dá condições para o produtor no debate internacional, pois permite margem de negociação entre produção e conservação ambiental, além de dar as bases para o Brasil ter respeitabilidade.

Por que o Greenpeace fez o acordo com a Abiove na moratória de soja, e agora com quatro maiores frigoríficos do Brasil na questão da carne? Não tentamos quebrar a produção? Encampamos um dia mundial sem carne e dissemos “fora a soja da Amazônia”? A moratória de soja é uma espécie de estandarte das boas práticas do setor, porque nós tínhamos essa base de legislação. Se tiramos isso, o que sobrar?

Um dos pontos no documento da Aliança é a questão da não aceitação de leis que criem barreiras não tarifárias ao ingresso de produtos brasileiros no exterior. Isso é uma realidade, não adianta lutar contra isso.

A França já fez isso e a Suécia está fazendo isso, enquanto os Estados Unidos estão discutindo isso agora no Congresso. O Brasil já fez isso quando brigou na OMC para não aceitar o pneu produzido fora, que afetava os empregos da indús-



tria aqui. Usou justamente o argumento da saúde.

Para ter o entendimento do barão de Mauá, o Brasil tem um dever de casa a ser feito e se preparar para as negociações internacionais, cujo problema é a assimetria nas diferenças entre os países, que não podemos aceitar.

O documento da Aliança cita ainda que “o aumento da produtividade das diversas culturas brasileiras e a disponibilidade de áreas agricultáveis, as alteradas pelo homem inclusive, de áreas degradadas, dispensam a necessidade de conversão de florestas”. A tradução disso é o desmatamento zero, caso contrário significa, até 2020, a derrubada e queimada de 1.5 bilhão de árvores. Com a entrada do pré-sal o Brasil dobrará suas emissões, atualmente de 1.5 bilhão de toneladas de carbono.

Quem inventou a reserva legal foi José Bonifácio, em 1821, quando estabeleceu para cada propriedade a reserva de um sexto das suas matas, o que corresponde a mais ou menos 15%. Em 1934, na gestão do presidente Getúlio Vargas, surge o primeiro Código de Floresta, com a reserva legal de 25%. Houve um desconto de 5% na década de 1960. Todos estavam preocupados com a função econômica da floresta.

É importante colocar a integração lavoura, pecuária e floresta. A representatividade da floresta no PIB brasileiro é de 8%. O mesmo acontece com a agricultura energética. O maior programa de biocombustíveis do mundo, o Proálcool, foi ridicularizado no começo. O biodiesel ficou no papel.

O padre Cícero tinha os preceitos ecológicos, quando dizia “planta todo ano um pé de algaroba, faveira, jurema etc. para o sertão ter chuva e não virar deserto”.

O documento Aliança também diz que mecanismos de comércio de permissão de emissão são essenciais para o regime de mudanças climáticas. Isso é financiar florestas com Redd. Vamos dar as florestas baratas para os estrangeiros não fazerem a redução de emissões e mudarem as suas matrizes? É bom cotejar a questão do Redd.

PERGUNTA: Quais as luzes dos compromissos assumidos pela pecuária?

RESPOSTA: Ocimar Vilella, Superintendente do Instituto para o Agronegócio Responsável (Ares)

Essa diferença de produção entre o Rio e São Paulo tem muito a ver com as diferenças ligadas à topografia e à qualidade do solo. Sobre o documento da Aliança esperamos críticas. Isso constrói. Como é um compromisso entre estados, o sistema produtivo não pode estabelecer metas.

Temos grandes expectativas com relação a pagamentos de serviço ambientais. É uma grande oportunidade com relação ao Redd, que será dirigido para as áreas de menor custo de oportunidade. As grandes áreas estão mais incluídas na Namas, que são as metas de mitigação nacional.

A baixa emissão de carbono é o grande caminho para a agricultura nacional. O sistema produtivo começou um pouco tarde a discutir essas questões. A preocupação estava em ocupar áreas e produzir, para dar essa sustentabilidade alimentar ao brasileiro, além, é claro, de ajudar no equilíbrio nas contas do País.

A carne, por exemplo, 80% são para consumo interno. Um grande zootecnista, que foi meu professor, João Barisson Villares, falava da relação direta entre o consumo *per capita* de carne e o desenvolvimento de um país.

A moratória da soja trará benefício futuro para o produtor, principalmente na Amazônia Legal, que poderá falar para as ONGs: “Estivemos do lado da moratória e construímos isso junto. Agora é preciso ajudar cobrando mais da nossa produção. Somos o país que mais produz com sustentabilidade”.

Fora do Brasil e do Paraguai, não existe nenhum país que exija reserva legal. Não recebemos elogios e somos prejudicados por isso: quando é lei no país, não gera crédito de carbono.

Há poucos dias, acompanhava o projeto sobre os rios voadores. Eles contataram na Europa um investidor que queria um produtor com autorização de desmate. Arrumamos um em Alta Floresta. Na hora da negociação para a liberação



da verba a conversa mudou. Uma coisa é certa: para avançar no caminho do desmatamento zero, o produtor precisa ser compensado.

Estamos envolvidos na questão da moratória da pecuária, como presidente do grupo de trabalho da pecuária sustentável.

As ferramentas e as condições são bem diferentes, quando comparadas com a soja, O boi se movimenta. O caminho de monitoramento será por meio do Cadastro de Propriedade. Existe uma demanda dos governos estaduais para se fazer cadastramento socioambiental das propriedades agrícolas do país. A tendência natural é começar com um *pool* de produtores e desenvolver a contabilidade também do balanço das emissões, da reserva legal etc. Seguir os pontos georreferenciados do Inpe e checar o desmatamento.

Num primeiro momento, o grande desafio é monitorar os fornecedores diretos de boi gordo. No segundo momento, é monitorar o fornecedor desse fornecedor, ou seja, aquele produtor de cria ou recria, que vende o boi magro para produtor de boi gordo. Não sabemos se o resultado será em seis meses, um ano ou dois anos. Tivemos a preocupação de conversar com o sistema produtivo, principalmente, da Amazônia Legal.

Moderador Roberto Waack

Diretor da Amata Brasil

Queria fazer uma amarração com base em quatro blocos de questões aqui apresentadas.

A primeira diz respeito às regras do jogo que a atividade mais sustentável vai se estabelecer: a importância das *rounds tables*, dos sistemas *multi-stakeholders*, dos sistemas de certificação, sob a ótica da governança

A segunda se relaciona à base científica que sustenta a discussão do uso do solo, como a reserva legal. Um dos grandes desafios é buscar referência acadêmica e científica para fundamentar os princípios os critérios e *standard*.

A terceira inclui em como desenvolver uma legislação e o ambiente institucional para acolher o lado econômico e social do manejo florestal sustentável.

A quarta se refere ao papel político do Brasil na COP-15, de como se preparar para essa negociação na parte do zoneamento agrícola, do processo de financiamento da agricultura, do papel da pesquisa, desenvolvimento e inovação, dentre outras.

Comentários & conclusões

Assumir o desafio

João de Almeida Sampaio Filho

Secretário Estadual de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

A agricultura paulista precisa olhar a questão climática como oportunidade. A mitigação tem tudo a ver com a agricultura. Por sua vez, com produtividade, a emissão será menor na pecuária. Floresta, quem planta é o agricultor. Para substi-



tuir o combustível fóssil pelo renovável, é o agricultor de novo quem planta cana, mamona, soja etc. Se for para substituir a sacola plástica, quem planta juta? Essa é a linha de raciocínio.

Um grande desafio do governo está na pesquisa e no desenvolvimento da tecnologia para otimizar o uso da terra e conseguir a redução das emissões. Vamos encarar isso e ir a Copenhague com uma proposta ambiciosa, porque temos condição de cumprir e mostrar ao mundo.

Estive recentemente no Ministério da Agricultura e no Itamaraty. Fiquei preocupado. Acho que não temos uma posição formal e, para ser franco, nem informal. Está no contexto da discussão, muita coisa ainda para acontecer.

Para termos uma agricultura sustentável, vamos atrás da inovação. Existe uma série de premissas para trabalhar. Apesar de ser rica em potássio, não adianta só jogar a vinhaça no solo, só para adubar a cana. Vamos descobrir um modelo para sintetizar o potássio da vinhaça? Deve haver algum caminho. No começo é caro, mas com o tempo se descobrem novas fórmulas.

A agricultura precisa de inovação tanto no tema da reserva legal como na integração lavoura, pecuária e floresta. Concordo que é difícil o pecuarista se transformar

no agricultor de grãos. Tenho insistido aqui em São Paulo na integração cana e pecuária. O confinamento tem comparecido, com resultados interessantes. A alimentação de animais proporciona ganho de peso, otimiza o espaço e vai ao encontro na questão das mudanças climáticas.

Meta paulista

Francisco Graziano Neto

Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo

Nas articulações globais sobre mudança de clima, o estado de São Paulo participa de uma espécie de ONU paralela que aglutina aproximadamente 300 províncias autônomas em todos os cantos do mundo. São Paulo, pelo terceiro ano seguido, é copresidente dessa rede.

Estamos alinhados com as políticas exercidas pela Califórnia, que é *top* de linha. Vamos à Copenhague levar a lei paulista de mudanças climáticas, com a autonomia que os estados têm na Federação.

De acordo com a tendência mundial, São Paulo assumirá compromissos para a realização de seus inventários, com a meta de reduzir pelo menos em 20% as suas emissões de CO₂ até 2020. Enfrenta-



mos uma razoável oposição para aprovar essa meta na Assembleia, especialmente do setor industrial.

Com a agenda de mudanças de clima surgirão oportunidades para o Brasil. O estado de São Paulo sairá na frente da construção da nova economia, de descarbonificar os processos produtivos. Uma mudança de paradigma em relação aos últimos 250 anos. Liderar essa transformação é o papel de quem acredita na mudança e tem as oportunidades do Brasil, especialmente nas energias renováveis.

A contribuição da agricultura será muito maior do que se estima e por si só suficiente para retirar certa imagem negativa que se faz do País, que o maior responsável pelas emissões é a agricultura. E aí aparece a campanha contra o consumo de carne, como parte do preconceito existente contra os agricultores.

Em Copenhague será mostrado que São Paulo pretende recuperar 1 milhão de hectares em mata ciliares até 2020. Com isso, haverá sequestro 220 milhões de toneladas de equivalentes em CO₂. Se colocarmos na conta o não uso da gasolina pelo uso de etanol, haverá uma redução de 24 milhões de toneladas de CO₂ equivalente por ano. Somente nessas duas formas São Paulo cumprirá a meta de 40% de redução até 2020.

Tenho três breves observações e vou terminar.

A primeira é de que deveríamos dar uma moratória no desmatamento do Brasi del no mínimo cinco anos. Somos a favor de acabar com qualquer desmatamento e cancelar as autorizações para desmatar, a partir do momento em que o Congresso Nacional tomar essa decisão.

A segunda é sobre a frágil base científica de informações. É impressionante. Não se sabe direito nada. Há uma “chutometria” não só nas questões relacionadas à agricultura, mas principalmente nelas. Veja essa conta de que para produzir 1 quilo carne gastam-se 15 mil litros d’água. Nunca achei quem calculou isso.

Tive uma informação definitiva, que poucos conhecem. Dizem que o metano vale 21 vezes o CO₂. O professor Gilvan

Rocha, da USP, pioneiro do Brasil no IPCC, a meu pedido, após estudar o assunto, concluiu que deve valer entre cinco e seis vezes.

Provavelmente, em março do próximo ano, a Cetesb divulgará, por setor, a conta do inventário paulista. Não é previsão, é contabilidade ambiental. O tema do aquecimento global deixa todo mundo nervoso, sem tempo para a comunidade científica gerar as informações adequadas.

Mesmo com a fragilidade das informações, ninguém se iluda com o tamanho do problema. A civilização está ameaçada de desaparecer por conta da crise ecológica.

O terceiro é que, embora ninguém saiba o que acontecerá na COP-15, há a percepção da força do consumidor e a competição dos mercados provocam mudanças nas empresas.

A discussão insana entre ambientalistas e agricultores, que se acirrou recentemente, atrapalha o desenvolvimento sustentável do País. As pessoas disputam quem tem o melhor discurso e plateia.

No Congresso Nacional, parece que um quer arrancar um pedaço da orelha do outro. Este fórum mostra que devemos lutar para vencer o debate ideológico desnecessário. Se o agricultor deve ser ambientalista, este, se aprendesse a carpir uma roça, seria também muito bom para a agricultura, veria como é dura a vida do agricultor.

As bandeiras da Abag

Carlo Lovatelli
Presidente da Abag

Agradecemos a Esalq e também à Associação Nacional de Defensivo Vegetal (Andef) e o Conselho de Informação de Biotecnologia (CIB) pelo apoio dado ao evento de hoje. O tema do clima tem nos angustiado. Estamos preocupados e queremos participar do processo de solução. Gostaríamos de uma atuação

forte e personalizada do Brasil nessa negociação.

Queremos benefícios para os trabalhos do meio ambiente feitos no Brasil de forma responsável, concreta e tangível. A agropecuária brasileira precisa de incentivos para isso.

Este fórum foi diferente dos 15 anteriores. Não haverá exposições estruturadas. Os temas foram distribuídos para motivar o debate e criar uma massa crítica.

Lembrava o secretário João Sampaio da fabricação de ácido fosfórico, para a qual importamos o enxofre, que em boa parte fica inaproveitável na pilha de gesso. Esse produto é pouco utilizado para outras finalidades.



Concordo com o secretário Xico, sobre a carência e a falta de seriedade de informações disponíveis. Isso tem atingido o empresariado e as entidades ligadas ao agronegócio.

O ABC é uma tentativa de recuperar o atraso e de entrar no diálogo. Temos insistido que essa dicotomia entre meio ambiente e agricultura não deve persistir. Há muitos Ministérios que apitam no agronegócio, não são nem dois. Essa sempre foi a bandeira da Abag.

Preservar a floresta

O papel do Redd

O DESMATAMENTO responde atualmente por 18% das emissões de gases causadores de efeito estufa, superando as emissões somadas de todos os setores de transportes. Contudo, ainda não existe nenhum mecanismo internacional que crie incentivos para preservação das florestas. É com este objetivo que o Redd (Reducing Emissions from Deforestation and Degradation) está sendo criado, constituindo um dos principais desafios da COP-15, a ser realizada em dezembro próximo em Copenhague. Artigo publicado na edição de 24 de setembro na revista *The Economist* discute as principais questões ligadas à criação e implementação do mecanismo.

Seguindo a polêmica que vem acompanhando os créditos de MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) desde sua criação no Protocolo de Quioto, a principal discussão em torno do Redd está ligada à forma de financiar e remunerar os agentes responsáveis pelos serviços ambientais. No caso do MDL optou-se pelo chamado mercado *offset*, em que países do chamado Anexo 1 (desenvolvidos) podem comprar certificados de emissões gerados em países em desenvolvimento e complementar suas metas de redução doméstica de emissões. Apesar dessa opção não ser descartada para o Redd, muitos argumentam que a maior parte de seu financiamento deveria ocorrer via fundos que seriam alimentados por países ricos.

Os críticos da opção de mercado não concordam com a possibilidade de países do Anexo 1 não se comprometerem a fazer cortes de emissões mais substanciais, apoiando suas reduções na compra de créditos de outros países. Contudo, a opção de

fundo se mostra muito complexa, havendo pouco consenso sobre quem financiará o mecanismo (Redd) e como seus recursos serão distribuídos aos agentes responsáveis. Algumas ações nessa direção já foram implementadas, como o caso da reserva Juma do estado do Amazonas. Ali, cada família recebe 50 reais por mês sob o compromisso de preservar a área de floresta onde vive. De toda forma, ainda não se sabe bem como implementar mecanismos dessa espécie em escala global, considerando a diversidade de projetos e localidades que precisariam ser abrangidas no processo.

O fato de já haver um mercado em funcionamento para MDL dá uma boa ideia de como o mecanismo funcionaria no caso do Redd. Porém, diversas adaptações teriam de ser feitas para contemplar

o desmatamento evitado, que atualmente não é elegível a certificação via MDL. A principal questão nesse sentido se refere ao critério de adicionalidade, conceito pelo qual comprova-se que determinado projeto “adicionará” uma redução de emissões em relação a uma linha de base que se observaria na ausência do projeto.

A adicionalidade é muito contestada por beneficiar tradicionais poluidores como a China e Índia, que lideram com folga a aprovação de projetos MDL no mundo. Teme-se que o mesmo ocorra no caso do Redd, onde países que preservaram suas florestas no passado, como a Costa Rica, não poderiam se beneficiar do mecanismo. A criação de mecanismos mais amplos como o Redd Plus, que considera outras atividades de preservação e manejo de florestas poderiam evitar o problema.

Pelo lado da demanda, existem dúvidas sobre como as reduções de desflorestamento seriam contabilizadas nas metas de emissões dos países. Existem temores de que a aprovação de um mecanismo muito amplo de Redd levaria a uma excessiva oferta de créditos (*overflow*), o que poderia criar um deságio em seu valor e mesmo desvalorizar os créditos MDL. Uma possível solução para isso seria o estabelecimento de pesos diferenciados para cada um desses créditos.

Tudo indica que o mecanismo de Redd será aprovado na convenção de Copenhague. Porém, é pouco provável que as formas de financiamento e a contabilização das reduções sejam acordadas no primeiro momento. Tal como ocorreu com o MDL, a construção de um consenso sobre o tema deve ocorrer por meio de um longo processo diplomático. O agronegócio brasileiro, principal afetado pelas regras, deve ter participação pró-ativa no processo, posicionando-se com o governo brasileiro de forma a buscar uma forma de preservar nossas florestas sem comprometer a competitividade de nossos produtos. Um trabalho responsável nesse sentido deve elevar a competitividade que hoje é fortemente afetada pela imagem ambiental nos principais centros consumidores. ■

RED, Redd e Redd Plus

O impacto de um mecanismo de preservação de florestas depende de quais atividades seriam contempladas e elegíveis. Apesar de ainda haver pouco consenso sobre o funcionamento do mecanismo, são consideradas três categorias básicas no que se refere ao escopo de atividades a serem consideradas:

- RED – considera reduções de emissões por desflorestamento
- Redd – considera reduções de emissões por desflorestamento e degradação
- Redd Plus – considera reduções de emissões por desflorestamento, degradação e manejo florestal sustentável

Censo Agropecuário 2006

A estrutura agrária e os índices de produtividade

Evandro Scheid Ninaut¹
Gustavo Rodrigues Prado²
Patrícia Medeiros Moreira³
Flávia de A. Z. Martins⁴

O INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou no dia 30 de setembro de 2009 os resultados do Censo Agropecuário 2006. O levantamento traça um perfil da atividade agropecuária nos 5,2 milhões de estabelecimentos rurais distribuídos em 5.564 municípios brasileiros, e das características dos produtores. O estudo traz ainda informações sobre a evolução do uso de tecnologia no campo, do acesso ao crédito, da assistência técnica, da geração de emprego e renda e, em especial, do cooperativismo agropecuário. Este levantamento é de fundamental importância para o agronegócio brasileiro.

O cooperativismo

O estudo demonstra que as cooperativas agropecuárias são compostas essencialmente por mini, pequenos e médios produtores, e que o uso da terra é diversificado e continua garantindo serviços de qualidade.

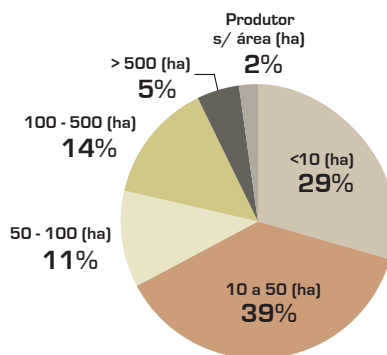
O cooperativismo agropecuário apresenta uma estrutura fundiária diversificada pelo uso da terra e composta essencialmente por mini e pequenos produtores, somando 79% da totalidade. Se forem considerados ainda os médios produtores, chega-se a 93% dos estabelecimentos.

Outra característica interessante observada refere-se ao financiamento aos produtores associados.

O total de recursos obtidos pelos estabelecimentos agropecuários, em forma de financiamento, em 2006, foi de R\$ 20 bilhões. Desse total, 5,11% foram de cooperativas de crédito, contra 2% da participação do segmento no Sistema

Financeiro Nacional, segundo o Banco Central do Brasil. Dos recursos obtidos via cooperativas de crédito, 61% foram destinados à produção de lavoura temporária, 22% à pecuária e criação de outros animais e 15% à produção de lavouras permanentes.

Estratificação dos estabelecimentos cooperativos



Fonte: Censo IBGE / 2006. Elaboração: GMERC/ OCB.

Estratificação dos financiamentos agropecuários por categoria de agente financeiro, 2006

Agente responsável	Estabelecimentos		Valor (1000 R\$)	
	Número	Part. %	Valor	Part. %
Bancos	837.058	89,08	16.857.878	83,89
Cooperativas de crédito	64.174	6,83	1.026.089	5,11
Comerciantes de matéria-prima	1.749	0,19	232.891	1,16
Fornecedores (insumos e/ou equipamentos)	10.874	1,16	855.301	4,26
Empresa integradora	18.624	1,98	957.147	4,76
Outras instituições financeiras (exceto bancos e cooperativas)	7.187	0,76	166.819	0,83
Total	939.666	100	20.096.125	100

Fonte: IBGE: Censo Agropecuário 2006. Elaborado por Gemerc/OCB

Os produtores com 500 ou mais hectares obtiveram 23% dos financiamentos das cooperativas de crédito. Os estabelecimentos de porte médio (entre 100 e 500 hectares) captaram 29% desses recursos e os micro e pequenos, com até 100 hectares, 48%.

O cooperativismo possui notória responsabilidade sobre a assistência técnica e financiamento, com predominância desses serviços aos pequenos produtores associados, comparativamente com as demais instituições assistencialistas. Fica evidenciado, assim, que o cooperativismo é a ferramenta ideal para o desenvolvimento sustentável no meio rural.

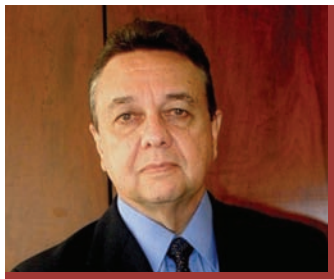
Quanto à tomada de decisão sobre a mudança do índice de produtividade para fins de reforma agrária, os fatores Pest demonstram que o momento não é adequado. As ameaças superam as oportunidades, demonstrando que a estrutura agrária atual não contribui para mudanças do índice de produtividade.

É possível concluir ainda que a organização de produtores em cooperativas e seu fortalecimento eliminam a necessidade de reestruturação dos estabelecimentos agropecuários para fins de reforma agrária. ■

1. Economista, especialista em Gestão de Cooperativas e gerente de Mercado da OCB
2. Administrador Rural, especialista em Marketing e analista de Mercado da OCB
3. Administradora, especialista em Comércio Exterior e analista de Comércio Exterior da OCB
4. Economista e analista de Mercado da OCB

Diário de bordo

Ecos do Censo



Roberto Rodrigues*

HÁ MUITA informação para ser analisada no novo Censo Agropecuário, feito com base no ano de 2006. São centenas de tabelas que demandam muito estudo criterioso para evitar conclusões apressadas.

Alguns números centrais saltam à vista: em 1996 (ano do censo anterior) o Brasil tinha 4.859.865 estabelecimentos rurais; em 2006, o número aumentou para 5.175.489, um crescimento de 6,5%, que pressupõe uma desconcentração. No entanto, segundo explicações dos técnicos do IBGE, de acordo com o índice de Gini houve um aumento da concentração; mas pelo censo, ela caiu em 2.360 municípios.

E a área plantada? Esta aumentou de 1970 (294,145 milhões de ha) para 1996 (353,611 milhões de ha); mas, de lá para cá, caiu para 329,941 milhões de ha, uma redução de 23 milhões de ha, ou 6,69% em relação ao censo anterior.

Boa parte desta área foi cedida para novas unidades de conservação e terras indígenas, respectivamente com 72,099 milhões de ha (8,47% do território nacional) e 125,545 milhões de ha (14,74% do total).

Em 1996, havia 17.930.890 pessoas trabalhando no campo, contra 16.567.544 em 2006, diminuição proporcional à da área total dos estabelecimentos rurais.

Em compensação, 803 mil tratores operavam no campo em 1996, e em 2006 o

número subiu para 820 mil: menos gente e mais máquinas, um bom sinal.

Mas os números interessantes mesmo estão na produção.

Quase todos os produtos tiveram aumentos significativos: algodão cresceu 189% de 1996 a 2006; a soja cresceu 88%, a mandioca 77%, o milho 66%, o trigo 57,5%, o feijão 50%, a cana 48%, o café 26%, arroz 17,4%, até a uva cresceu 26,9% e o fumo explodiu em 145,7%. Só diminuíram: laranja, -25,2% e cacau, -17,7%. Os produtos tiveram melhores rendimentos, resultado da tecnologia tropical sustentável gerada no país.

Os dados apontam que a agricultura familiar produziu, em 2006, 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos, 21% do trigo e 16% da soja.

Os critérios que definem o que é agricultura familiar foram determinados pela Lei nº 11.326 aprovada em 2006. Eles são mais restritivos do que os critérios usados em estudos feitos anteriormente por outros organismos como FAO/Incr e universidades brasileiras que estudaram o setor. A Lei 11.326 determina que quatro módulos fiscais é o limite máximo para um empreendimento familiar. Determina também que a mão de obra deve ser predominantemente da própria família e a renda deve ser originada nas atividades da propriedade e a direção também tem que ser feita por um membro da família.

Curiosidades: cerca de 2.418.339 propriedades foram obtidas a partir da compra de particular; e 1.526.161 foram resultado de herança!

Mais de 290 mil vieram de reforma agrária, 47 mil com crédito fundiário, 123 mil via doações e 46 mil por causa de usucapião.

Enfim, há muito para estudar nos dados do censo. Mais que isso: eles podem sinalizar políticas públicas mais adequadas ao setor. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Liderar ou ser liderado



Cesário Ramalho da Silva*

A EXIGÊNCIA de critérios socioambientais para produtos e processos agrícolas tornou-se um diferencial competitivo. Consolidar um agronegócio sustentável, ou seja, ambientalmente adequado, socialmente justo e economicamente viável é o único caminho. Entretanto, esta missão exige compromisso e participação de todos os agentes da cadeia produtiva.

Mas não foi, por exemplo, o que aconteceu no recente acordo entre frigoríficos e governo de Mato Grosso, coordenado por uma organização não governamental (ONG) ambiental. Por este pacto, os frigoríficos ameaçam não adquirir carne oriunda de gado criado no bioma amazônico. Um esforço válido, mas, que precisa ser melhorado, para obter resultados semelhantes aos da moratória da soja.

Primeiro, os pecuaristas ficaram fora da mesa de negociações. Como pode ser feito um acordo sem a presença do principal agente da atividade, o produtor rural? Ou para os outros elos da cadeia produtiva, a sua opinião não conta?

Segundo, um compromisso deste porte deve levar em conta as legislações relativas ao tema ambiental e fundiário, que estão sendo objeto de mudança, em busca de sintonia com a realidade.

Embora ainda não haja consenso da amplitude das modificações que serão feitas na legislação ambiental, é fato que ela será alterada. No caso fundiário, a MP

de regularização das terras da Amazônia foi um passo importante. No tocante à legislação trabalhista, o desafio é maior, já que nem consta da agenda um debate que mostre a necessidade de adequação das leis trabalhistas às particularidades da atividade rural.

Será que isso está sendo observado neste acordo? Ou de uma hora para outra quem vive da pecuária consolidada na região amazônica terá que abandonar a atividade de vez? Somos contra o desmatamento da floresta, todavia é preciso respeitar quem já está instalado lá e apoiá-lo para que fique adequado às legislações.

Este caso também é um nítido exemplo da desunião do setor rural. O êxito de um projeto sustentável requer a participação de todos. O fato é que se os produtores não se conscientizarem que precisam se unir para negociar e comunicar a situação não mudará. Continuarão liderados em vez de serem protagonistas nas questões socioambientais, absolutamente inerentes ao negócio hoje.

Sem articulação, permaneceremos seguindo uma agenda imposta por públicos antagonistas, como ONGs estrangeiras, que fecham os olhos para existência de milhões de pessoas que vivem do agro, bem como para os benefícios socioeconômicos que o setor transfere para a sociedade.

A construção de estradas, ferrovias e usinas hidroelétricas, por exemplo, assim como agricultura e pecuária, são iniciativas que inevitavelmente geram alguma intervenção ambiental.

Contudo, são ações, que devem ser precedidas de estudos, que avaliem o grau de interferência e respectivas formas de compensação ambiental. É estimular o manejo sustentável em favor do equilíbrio entre as necessidades da população brasileira e o cuidado com os recursos naturais.

É assim que deve ser feito. Com diálogo. Infelizmente, este acordo da carne pecou por ignorar o pecuarista. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

Brasil olímpico



João Sampaio*

O BRASIL emerge da lista dos países em desenvolvimento como a “bola da vez”. Sediaremos os Jogos Mundiais Militares em 2011, a Copa do Mundo em 2014 e o maior encontro do esporte mundial, as Olimpíadas, em 2016. É uma sequência de eventos que coloca o País na vitrine. Mas o que tem a ver o agronegócio com tudo isso? Assim como nos esportes, na produção agropecuária, o Brasil também assume o lugar mais alto do pódio, mas o caminho não tem sido fácil.

A internacionalização das nossas empresas, acentuada pela recente compra da Pilgrim's pelo JBS Friboi e a fusão deste com o Bertin, formando a maior empresa de carnes do mundo, mostra que atingimos um estágio jamais imaginado. O Grupo Marfrig que acaba de adquirir a Seara e a composição de Sadia e Perdigão na Brasil Foods são casos emblemáticos. A rapidez com que essas empresas alcançaram mercados e se agigantaram é comparável a Usain Bolt, o velocista jamaicano que bate seus próprios recordes sucessivamente. Há dez anos, a indústria de carnes brasileira sequer tinha capital aberto na Bolsa de Valores, o crescimento veloz e competitivo faz de nós alvo de muitos competidores.

No campo dos combustíveis, o primeiro carro *flex fuel* do país foi lançado em março de 2003, hoje a frota nova brasileira está próxima de 100% e o etanol é

a mais viável fonte de energia renovável do mundo. As empresas sucroalcooleiras são autossustentáveis, geram a energia necessária para produzir a partir do bagaço de cana e ainda sobra para a venda no mercado de eletricidade. Tudo começou há menos de 15 anos com a Usina Santa Elisa, no interior de São Paulo. O pulo de eficiência energética é comparável ao salto da nossa Maurren Maggi.

Mas os esportes olímpicos e o agronegócio têm em comum o fato de ambos padecerem da mesma falta de infraestrutura, apoio logístico e investimento em publicidade.

Para a formação do atleta olímpico, é imperativo boa educação aliada à prática de esportes entre os jovens, o incentivo aos jogos estudantis, criação de locais de treinamento dentro das comunidades. O atleta amador é o futuro medalhista. Para criar o ambiente propício, prescindimos de saneamento básico, habitação e segurança.

No agronegócio ocorre o mesmo. Os nomes de algumas empresas brasileiras cintilam nos painéis luminosos das principais bolsas de valores do mundo, mas para que outras cheguem lá, muita coisa ainda precisa ser feita. Um caminhão carregado de soja leva cinco dias de Mato Grosso ao Porto de Paranaguá, no Paraná. A aftosa e a falta de um sistema de rastreabilidade e certificação condizente com o nosso tamanho, impede que exportemos a carne e o boi verde brasileiro para os Estados Unidos e o Japão.

A superação de esportistas e produtores rurais é fruto da vontade de um e do empreendedorismo do outro. A diferença entre atleta e agricultor reside está na chegada do sucesso. No primeiro caso, a imprensa noticia e festeja, os patrocínios aparecem e os governantes prestam homenagens. No segundo, passamos de vitrine a vitraça, a propaganda é contra, com denúncias de ONGs e imagens degradantes. Parecem vender mais do que a nossa própria produção. Somos vítimas do próprio sucesso. Neste campo, o setor ainda precisa mostrar quais são e como se superam os obstáculos na maratona da produção. ■

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo